



Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Maria do Carmo Pato Tiago (SET-V25), Fernando Miguel Catarino José (PS), António Carlos Almeida Cachaço (CH), Paulo Manuel Maia da Silva (SET-V25), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (CDU), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Edgar Alberto Cardim de Jesus (CH), Bruno Miguel de Almeida Russo (SET-V25) e Ana José Manita Vaz de Carvalho (PS).

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, António Manuel Palhas de Jesus Pereira de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1.

### Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto da Ata n.º 02A/2025 - Reunião ordinária de 19 de novembro de 2025**
  - 2. Projeto da Ata n.º 03A/2025 - Reunião extraordinária de 26 de novembro de 2025**
  - 3. Projeto da Ata n.º 04A/2025 - Reunião ordinária de 03 de dezembro de 2025**
  - 4. Deliberação n.º 01/2026 – Proposta n.º 01/2026 – GAP – Delegação de competências da Câmara Municipal na Presidente da Câmara**
  - 5. Deliberação n.º 02/2026 – Proposta n.º 02/2026 – GAP – Redução tarifária de Passes Navegante Municipais de Setúbal**
  - 6. Deliberação n.º 03/2026 – Proposta n.º 01/2026 – DURB/GAPGPA – Proposta de prorrogação de licenças nas zonas balneares de Setúbal**
  - 7. Deliberação n.º 04/2026 – Proposta n.º 02/2026 – DURB/GAGEF – Nomeação da Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis**
  - 8. Deliberação n.º 05/2026 – Proposta n.º 03/2026 – DURB/GARIU – Colocação de 1 painel publicitário**
  - 9. Deliberação n.º 06/2026 – Proposta n.º 04/2026 – DURB/GARIU – Continuidade de 1 painel publicitário**
  - 10. Deliberação n.º 07/2026 – Proposta n.º 05/2026 – DURB/GARIU - Continuidade de 6 painéis publicitários**
  - 11. Deliberação n.º 08/2026 – Proposta n.º 06/2026 – DURB/GARIU - Continuidade de 9 painéis publicitários**
  - 12. Deliberação n.º 09/2026 – Proposta n.º 07/2026 – DURB/GARIU - Continuidade de 18 painéis publicitários**

13. **Deliberação n.º 10/2026 – Proposta n.º 01/2026 – DAF – Adesão do Município de Setúbal à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais**
14. **Deliberação n.º 11/2026 – Proposta n.º 02/2026 – DAF/DICONT/SERGE – Cancelamento da Cláusula de Reversão, quanto ao Prédio sito no Pote de Água, Lote 4, Rua António Carvalho Serra, n.º 11 – R/c B, da Freguesia de S. Sebastião**
15. **Deliberação n.º 12/2026 – Proposta n.º 03/2026 – DAF/DICONT/SERGE – Cancelamento da Cláusula de Reversão, quanto ao Prédio sito no Pote de Água, Lote 7, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 3.º C, da Freguesia de S. Sebastião**
16. **Deliberação n.º 13/2026 – Proposta n.º 04/2026 – DAF/DICONT/SERGE – Isenção de IMT na Primeira Aquisição Onerosa de Habitação Própria e Permanente, por Jovens dos 18 Anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao Prédio com o artigo matricial 7614, Fração G da Freguesia de S. Sebastião**
17. **Deliberação n.º 14/2026 – Proposta n.º 01/2026 – DRH/DIDEC – Conselho Coordenador da Avaliação da Câmara Municipal de Setúbal – Secção Autónoma para avaliação do pessoal não docente**
18. **Deliberação n.º 15/2026 – Proposta n.º 01/2026 – SMPCB – Proposta de aceitação da doação de equipamento, televisão LG, pela empresa Fundo Sertorius (Rádio Popular)**
19. **Deliberação n.º 16/2026 – Proposta n.º 01/2026 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de licenças especiais de ruído – DASU/GAGIP**
20. **Deliberação n.º 17/2026 – Proposta n.º 01/2026 – CHEGA – Passe Navegante Municipal, manutenção do desconto - RETIRADA**

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 2;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 3;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento anexo registado sob o n.º 4;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Vereação Paulo Maia (GAVPM), conforme documento anexo registado sob o n.º 5;
- e) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 6;

- f) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), conforme documento anexo registado sob o n.º 7.

## 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sra. Presidente** – Referiu que se procederia à tomada de posse de alguns membros do Conselho Municipal de Segurança, tendo de seguida passado a palavra à equipa de Protocolo.

**Protocolo:** Tomada de Posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança de Setúbal.

- Comissão Municipal de Segurança do Concelho de Setúbal (restantes membros) -

Aos 7 dias do mês de janeiro de 2026 nesta cidade de Setúbal e na sala de sessões dos Paços do Concelho pelas 16 horas e 30 perante a Câmara Municipal presidida pela sua presidente Maria das Dores Meira numa reunião ordinária da mesma compareceram de conformidade com o disposto no artigo 3º B do decreto-lei número 32 barra 2019, 4 de março para serem empossados como membros do Conselho Municipal de Segurança de Setúbal. Os representantes das seguintes entidades

- Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal
- Divisão de mobilidade e Transportes da Câmara Municipal de Setúbal
- Instituto para os comportamentos aditivos e nas dependências
- Junta de Freguesia de Gâmbia pontes e Alto da Guerra
- Junta de Freguesia de São Sebastião
- Polícia Marítima de Setúbal
- Sociedade de estudos e intervenção em engenharia social
- União das freguesias de Azeitão
- YMCA

**Sra. Presidente** – Agradeceu a todos os membros que tomaram posse, referindo que será agendada, com a maior brevidade, uma reunião com vista ao início dos trabalhos da Comissão Municipal de Segurança e à definição do respetivo plano de atividades.

No período antes da ordem do dia, dirigindo-se aos Senhores Vereadores, informou que pretendia prestar uma comunicação considerada relevante para o Município, a qual se enquadra nas definições estratégicas estabelecidas no início do mandato, no que respeita às áreas prioritárias de intervenção e às diligências entretanto realizadas junto de diversos Ministérios.

Referiu que já tinham sido efetuadas reuniões com o Ministério das Infraestruturas e Habitação, com o Ministério da Saúde e com o Ministério da Administração Interna, encontrando-se, assim, concluídas as abordagens aos quatro Ministérios que constituíam maior preocupação para o Executivo Municipal. Acrescentou que se encontravam igualmente previstos contactos com o Ministério do Ambiente, aguardando-se, contudo, a respetiva marcação de data.

No que concerne ao Ministério da Educação, informou que, no dia anterior, teve lugar uma reunião com o Senhor Ministro da Educação, na qual participaram, para além da Senhora Presidente, o Diretor da área da Educação, Dr. Carlos Cunha, e a Chefe de Divisão, Maria Adelaide Fernandes. Nessa reunião foram abordadas diversas matérias que suscitam preocupação ao Município no âmbito da educação.

Recordou que, no ano de 2022, o Governo procedeu à transferência de competências para os municípios na área da educação, as quais deveriam ter sido acompanhadas dos correspondentes recursos financeiros. Contudo, desde essa data, não se verificou qualquer atualização dos valores transferidos, não sendo considerados os aumentos naturais de custos, nomeadamente os encargos com o pessoal não docente, os transportes especiais, os apoios alimentares, os encargos com as instalações, entre outros.

Informou ainda que, após apuramento contabilístico, o Município de Setúbal tem a receber do Ministério da Educação o montante de € 7.622.724,43, valor que considera significativo e de extrema relevância para o equilíbrio financeiro do Município e para o investimento na rede escolar.

Mais referiu que, conforme anteriormente comunicado, das cento e dez turmas do 1.º ciclo do ensino básico existentes no concelho, noventa funcionam em regime duplo, situação que classificou como preocupante. Esclareceu que tal regime implica que os alunos apenas frequentam as aulas no período da manhã ou da tarde, obrigando as famílias a procurar soluções alternativas, designadamente Atividades de Tempos Livres (ATL). Acrescentou que esta realidade tem impacto no processo de aprendizagem e no desenvolvimento das crianças, por não beneficiarem de escolaridade a tempo inteiro, o que pode traduzir-se num menor acompanhamento pedagógico e em constrangimentos no seu percurso educativo.

Informou que o Senhor Ministro da Educação comunicou que se encontrava em fase de conclusão um relatório relativo ao processo de descentralização de competências, acrescentando que os valores em dívida aos municípios seriam regularizados aquando da transferência das verbas correspondentes aos custos efetivos apurados.

Referiu, ainda, que foi transmitida ao Ministério a preocupação do Município quanto à necessidade de revisão urgente da portaria que define os rácios de pessoal não docente, considerando que os mesmos devem atender às especificidades de cada agrupamento, designadamente a sua localização e características próprias, valorizando as pessoas e as circunstâncias concretas em detrimento de uma mera lógica numérica. Nesse âmbito, foi salientado que existem situações de doença, baixas prolongadas e necessidades de adaptação a funções moderadas, bem como a importância de adequar os rácios às necessidades educativas específicas dos alunos, devendo igualmente ser contemplada a categoria profissional de vigilante, atualmente não incluída no referido rácio.

Mais informou que foi transmitido pelo Ministério que se encontra em curso a reflexão sobre a reorganização dos espaços das salas de aula e dos recreios, de forma a responder às necessidades identificadas.

Foi igualmente manifestada a preocupação do Município relativamente à proliferação dos regimes duplos, decorrente do aumento do número de crianças, tendo sido reafirmado pelo Senhor Ministro o objetivo de assegurar o funcionamento em regime de escola a tempo inteiro no concelho de Setúbal. Nesse contexto, foi transmitido o compromisso de empenho no alargamento do número de salas de aula, com especial enfoque na educação pré-escolar, bem como na construção de novos estabelecimentos de ensino.

Relativamente ao pré-escolar, referiu que, no início do ano letivo que teve início em setembro de 2025, o Ministério da Educação contactou o Município no sentido de avaliar a possibilidade

de instalação de monoblocos ou da recuperação e requalificação de salas de aula existentes que se encontrem desocupadas em alguns estabelecimentos de ensino. Foi ainda referido que o Ministério assumiria os encargos relativos ao mobiliário escolar, bem como às obras de adaptação ou à aquisição dos referidos monoblocos, os quais terão carácter provisório até à concretização da construção de novas escolas, conforme planeado.

Referiu que a construção de novos centros escolares em Setúbal constituía uma das prioridades anteriormente definidas, tendo o Executivo à data recusado essa solução. Informou que o Ministério voltou a colocar essa matéria à consideração do Município, tendo o atual Executivo acolhido favoravelmente a proposta, considerando-a essencial para assegurar, com a maior brevidade possível, resposta às necessidades existentes na educação pré-escolar.

Esclareceu que se encontram atualmente cerca de trezentas e setenta crianças sem vaga na rede pública de pré-escolar, por inexistência de capacidade instalada, situação que não resulta necessariamente de falta de oferta no setor privado, mas antes das limitações económicas das famílias, atendendo a que o ensino pré-escolar na rede pública não implica, neste momento, qualquer custo para os encarregados de educação.

Referiu que foram apresentadas soluções alternativas, designadamente a instalação de estruturas modulares (monoblocos), solução considerada de implementação mais célere, a qual não teria sido aceite pelo Executivo anterior. O atual Executivo manifestou disponibilidade para considerar e aproveitar todas as possibilidades de financiamento disponíveis, incluindo soluções temporárias, com o objetivo de garantir o alargamento da rede pública e responder às cerca de trezentas e setenta crianças atualmente sem vaga.

No âmbito das preocupações apresentadas ao Senhor Ministro, foi igualmente abordada a temática da educação inclusiva, bem como o reforço das respostas educativas dirigidas a crianças e jovens com necessidades específicas. Foram apresentadas recomendações visando a melhoria da qualidade da inclusão, o reforço do apoio às comunidades educativas e a promoção de uma melhor articulação entre os diversos serviços e entidades envolvidas.

Foi ainda referida a problemática da escassez de professores, tendo sido informado que se encontra a decorrer um concurso para a contratação de mil e oitocentos docentes, distribuídos pelas regiões de Lisboa, Setúbal e Algarve. Para a Península de Setúbal está prevista a colocação de trezentos e cinquenta professores, sendo que, destes, cerca de cento e setenta terão afetação ao Município de Setúbal.

Por último, no conjunto das matérias abordadas, foi discutida a situação dos estabelecimentos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário, os quais foram transferidos para o Município em estado de degradação considerado inaceitável, situação que, segundo foi referido, se mantém, não obstante anteriores compromissos assumidos e não concretizados, bem como a insuficiente intervenção verificada em mandatos anteriores, mesmo depois de muitas promessas não cumpridas por parte do PS e de muita inércia da gestão da CDU.

Referiu que o Município tudo fará para não deixar perder a oportunidade de concretização das obras urgentes nos estabelecimentos de ensino, encontrando-se a elaborar os respetivos processos de candidatura para a requalificação das seguintes escolas, matéria que também foi oportunamente apresentada ao Senhor Ministro, incluindo o esboço dos respetivos projetos: Escola Secundária D. Manuel Martins, Escola Básica Barbosa du Bocage, Escola Básica de Aranguez, Escola Básica e Secundária de Azeitão.

Informou que os projetos de arquitetura e de especialidades da Escola Básica Barbosa du Bocage se encontram concluídos e totalmente finalizados, não estando já em fase de revisão, encontrando-se preparados para apresentação na próxima reunião de Câmara. Quanto às

restantes intervenções, os respetivos projetos de arquitetura e especialidades encontram-se em fase de desenvolvimento.

Referiu que estas quatro intervenções dispõem de financiamento assegurado por parte do Governo.

Mais informou que, caso se mantenham as expectativas anteriormente transmitidas no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, está previsto que, em agosto do próximo ano, seja aberto um novo quadro de apoio destinado a outras intervenções escolares. Nesse contexto, destacou a requalificação e construção de pavilhão na Escola Secundária D. Manuel Martins, colmatando a inexistência de pavilhão, bem como a requalificação da Escola Básica da Brejoeira, a requalificação da Escola do Faralhão 2 e a construção do Centro Escolar de São Francisco Xavier, contemplando doze salas de aula e três salas de educação pré-escolar.

Referiu ainda as intervenções previstas em Vila Nogueira, com ampliação; em Pinheirinhos, com ampliação para dez novas salas, incluindo três salas de 1.º ciclo e três salas de pré-escolar; e na Quinta da Amora, com a construção de nova escola dotada de doze salas de aula e quatro salas de educação pré-escolar.

Concluiu que estas informações dizem respeito ao último conjunto de Ministérios a contactar, mantendo-se igualmente a necessidade de diligenciar junto dos mesmos quanto à regularização dos pagamentos em dívida ao Município de Setúbal.

**Sra. Vereadora Ana Carvalho** – Cumprimentou todos os presentes, desejando um bom ano e formulando votos de que o mesmo se caracterize pela melhoria das condições de vida dos setubalenses e de todos quantos escolheram e escolhem o concelho de Setúbal para trabalhar e residir.

Iniciou a sua intervenção felicitando todos os trabalhadores do Município envolvidos na organização e concretização dos eventos *Setúbal Natal* e *Fim-de-Ano Azul*, com especial destaque para os técnicos da área do turismo responsáveis pela organização, coordenação e articulação dos diversos serviços municipais envolvidos. Referiu que, tratando-se de um período particularmente sensível, marcado por um contexto eleitoral, pelas alterações dele decorrentes e pela anunciada escassez de meios e recursos por parte do atual Executivo, o esforço e empenho dos trabalhadores terá sido acrescido, razão pela qual considerou pertinente o reconhecimento público por parte dos Vereadores do Partido Socialista.

Prosseguiu a sua intervenção colocando duas questões relacionadas com equipamentos municipais, solicitando à Senhora Presidente que, logo que possível, fosse prestada a respetiva informação.

Referiu que o Ministério da Cultura, Juventude e Desporto anunciou a gratuidade de entrada para acompanhantes de pessoas com deficiência em espaços culturais e desportivos, bem como a criação de um selo de certificação para equipamentos culturais acessíveis e inclusivos, com efeitos a partir de janeiro do corrente ano.

A este propósito, os Vereadores do Partido Socialista consideram que tais medidas, embora positivas, se revelam manifestamente insuficientes para eliminar situações de discriminação das pessoas com deficiência. Entendem que a gratuidade para acompanhantes pressupõe, desde logo, uma dependência permanente, a qual não corresponde à maioria das situações e que poderá ser ainda menos frequente se os espaços forem verdadeiramente acessíveis e se a oferta cultural e desportiva integrar, de forma estruturada, recursos de acessibilidade que promovam a autonomia plena das pessoas.

Não obstante, reconheceram que se trata de um primeiro passo, ainda que insuficiente, no caminho da inclusão.

h 6741

No seguimento da intervenção anterior, questionou o Executivo acerca das medidas que têm vindo a ser adotadas no concelho de Setúbal, no que respeita aos equipamentos culturais e desportivos municipais, designadamente no cumprimento de requisitos de acessibilidade, tais como rampas de acesso, instalações sanitárias adaptadas, sistemas de audiodescrição, informação em Braille, serviços educativos acessíveis e programação cultural inclusiva que envolva pessoas com deficiência. Questionou ainda se o Município pondera a candidatura de alguns equipamentos ao selo de certificação para espaços culturais acessíveis e inclusivos, anunciado pelo Ministério da Cultura, Juventude e Desporto.

Outra questão colocada prendeu-se com a rede MID – Museus para a Inclusão na Demência. Para contextualização, foi referido que Portugal integra o grupo dos quatro países da OCDE com maior prevalência de demência, estimando-se a existência de cerca de duzentas mil pessoas com demência no país. Explicou que a demência corresponde a um declínio progressivo das funções mentais, com impacto significativo nas atividades da vida diária, sendo mais comum na população idosa, embora possa igualmente afetar pessoas mais jovens, constituindo a doença de Alzheimer a forma mais frequente.

Salientou que são ainda muito escassas, ou mesmo inexistentes, em Portugal, ofertas museológicas especificamente concebidas para pessoas com demência e respetivos cuidadores. Neste contexto, foi criada a referida rede, com o objetivo de desenvolver e partilhar boas práticas, capacitar as equipas das instituições culturais e sensibilizar a comunidade para a temática das demências, cada vez mais relevante sob o ponto de vista social e da saúde pública.

A título exemplificativo, evocou a experiência do Museu do Trabalho Michel Giacometti, referindo que, desde a sua origem, este equipamento tem procurado ultrapassar as limitações físicas do espaço museológico, valorizando e recuperando memórias através da recolha de histórias de vida associadas aos objetos expostos e preservados, assumindo-se como um espaço inclusivo, de múltiplas vozes e acessível a diversos públicos.

Face ao exposto, questionou se o Município de Setúbal se encontra atento a esta temática e se já aderiu, ou pondera aderir, à rede MID com alguns dos seus equipamentos museológicos.

Por último, referiu que, na sexta-feira, dia 9 de janeiro, se assinalam os duzentos e setenta e três anos do nascimento da cantora lírica setubalense Luísa Todi, considerada uma das maiores vozes da história portuguesa. Nesse âmbito, felicitou a Associação Setúbal Voz pela realização da terceira edição do Festival Luísa Todi – Canto Lírico, promovido em estreita parceria com a Câmara Municipal, e questionou a Senhora Presidente sobre o ponto de situação das obras na Casa Luísa Todi, situada na Rua da Brasileira, local de nascimento de Luísa Rosa de Aguiar, bem como sobre o destino a atribuir ao imóvel após a conclusão da intervenção.

**Sr. Vereador Nuno Costa** – Cumprimentou todos os presentes e desejou um bom ano a todos.

Referiu que pretendia prestar dois esclarecimentos. O primeiro relacionava-se com a informação anteriormente transmitida pela Senhora Presidente relativamente à atuação da CDU no mandato anterior, no que concerne à requalificação das escolas. A este propósito, afirmou que a CDU desenvolveu as diligências que estavam ao seu alcance, designadamente o início dos procedimentos necessários à elaboração dos projetos. Acrescentou que, se alguns desses projetos se encontram atualmente concluídos, tal se deve ao facto de terem

sido iniciados no mandato anterior, sublinhando que se trata de processos morosos, cuja conclusão exige vários meses de trabalho.

Salientou ainda que esses procedimentos foram desencadeados precisamente com o objetivo de garantir que, aquando da abertura de avisos de financiamento, o Município dispusesse já dos projetos necessários para formalizar candidaturas. Referiu existir um compromisso do Governo no sentido da abertura de candidatura para a Escola Secundária de Bocage, considerando que o respetivo aviso poderia já estar publicado, com prazo até março, embora não dispusesse de confirmação quanto à efetiva abertura formal do procedimento.

No que respeita à educação pré-escolar, reconheceu que o Governo apresentou a proposta de instalação de monoblocos. Contudo, esclareceu que a CDU apresentou uma contraproposta, por entender que a colocação dessas estruturas em estabelecimentos já sobrelotados não constituía a solução mais adequada. A alternativa apresentada consistia na aquisição dos monoblocos para instalação em espaço distinto, enquanto não fosse concluída a construção da escola da Quinta da Amizade.

Sublinhou que essa solução permitiria mitigar simultaneamente dois problemas identificados: a existência de turmas em regime duplo e a insuficiência de vagas no pré-escolar. Informou, porém, que tal proposta não foi aceite pelo Governo.

Por último, referiu pretender colocar uma questão relativa à anunciada eventual supressão da Linha do Sado.

Salientou que se trata de uma linha ferroviária que serve diariamente milhares de pessoas, assegurando, nos dias úteis, a circulação de dois comboios por hora e, nos restantes dias, um comboio por hora. Destacou que uma parte significativa dos utilizadores corresponde a estudantes que se deslocam para o Instituto Politécnico de Setúbal, sendo visível o elevado número de passageiros que utilizam esta ligação para aceder àquela instituição de ensino superior.

Neste contexto, questionou se a referida supressão se encontra efetivamente prevista, se os respetivos impactos foram devidamente estudados e avaliados e que solução alternativa se encontra projetada.

Manifestou preocupação quanto à eventual substituição do serviço ferroviário por um sistema de metro bus, considerando que este apresenta limitações face à ferrovia, designadamente menor capacidade de transporte de passageiros, maior dependência do tráfego rodoviário urbano, menor velocidade média de circulação, maior desgaste da infraestrutura, menor vida útil dos veículos e eventual maior impacto ambiental. Acrescentou ainda que tal solução implicaria o transbordo de milhares de passageiros, com os consequentes constrangimentos.

Concluiu afirmando que a supressão de um serviço que classificou como eficiente e célere, assegurando a ligação direta a uma zona estratégica da cidade, lhe parece desajustada, questionando se todos os impactos foram devidamente ponderados, qual o troço concreto eventualmente a suprimir e quais as medidas previstas para mitigar os efeitos dessa alteração.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Cumprimentou todos os presentes e quantos acompanhavam a transmissão, desejando um bom ano e votos de bom trabalho.

Informou que os Vereadores do Partido Socialista foram contactados por moradores do bairro de habitação pública municipal em intervenção no Bairro Afonso Costa, dando conta de situações relacionadas com a execução da empreitada em curso.

Segundo a informação transmitida, a empresa responsável pelas obras encontra-se a utilizar geradores para alimentação elétrica, os quais se encontram instalados junto às janelas de quartos das habitações. De acordo com os moradores, os referidos equipamentos funcionam diariamente, entre as 08h00 e as 18h00, estando cinco geradores em operação simultânea. Referiu que alguns residentes exercem atividade profissional por turnos e que existem igualmente pessoas em situação de dependência, acamadas, que não conseguem descansar devido ao ruído contínuo. Acresce que os moradores reportam a libertação de fumos para o interior das habitações.

Informou ainda que alguns residentes contactaram a empresa no sentido de ser encontrada solução alternativa, tendo sido alegado, segundo os mesmos, que a Câmara Municipal não teria autorizado a instalação de ligação elétrica provisória à rede — designada como “puxada elétrica”.

Perante tal situação, os moradores solicitaram a avaliação urgente do caso, no sentido de salvaguardar o seu direito ao descanso, designadamente através da instalação de contador de obra provisório que assegure a alimentação elétrica com menor emissão de ruído, ou mediante a adoção de outra solução técnica adequada. Referiu que, caso a Senhora Presidente o entendesse, teria todo o gosto em partilhar o vídeo enviado pelos moradores, ilustrativo da situação descrita.

De seguida, colocou outra questão relacionada com as condições de acesso e de assistência à prática desportiva no Complexo Municipal da Várzea, utilizado maioritariamente pelo futebol de formação, pelo Vitória Futebol Clube, pela Escola de Futebol Feminino e pelo Grupo Desportivo “Os Pelézinhos”.

Referiu que o acesso ao campo utilizado pelos “Pelézinhos”, bem como a área destinada à permanência das famílias durante treinos e jogos, se mantém em piso de terra batida, inexistindo qualquer estrutura de abrigo para atletas, familiares e visitantes, situação que se prolonga no tempo sem resolução.

Acrescentou que, nos campos cedidos ao Vitória Futebol Clube, em dias de jogos e torneios, para além da ausência de condições adequadas para assistência — sendo esta feita no passeio contíguo à via pública, na Rua José Gregório —, verifica-se que, na falta de instalações sanitárias disponíveis, atletas, familiares e visitantes recorrem ao estabelecimento comercial Lidl para utilização das respetivas casas de banho.

Concluiu referindo que a sua intervenção visa alertar para a necessidade de avaliar a requalificação das condições de acesso e de apoio ao público naquele equipamento desportivo, conferindo-lhe a dignidade adequada e garantindo que os eventos ali realizados decorram em condições de conforto e segurança.

**Sr. Vereador Fernando José** – Cumprimentou todos os presentes, bem como os trabalhadores e dirigentes da Autarquia e os munícipes que acompanhavam a transmissão, desejando, em nome da bancada do Partido Socialista, um bom ano a todos.

Referiu que o ano de 2026 assume particular relevância, por corresponder ao início da concretização dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, os quais considerou deverem agora traduzir-se em medidas e resultados efetivos. Sublinhou que a situação financeira do Município não deverá constituir obstáculo ou justificação para o incumprimento das propostas apresentadas e sufragadas, as quais visam, essencialmente, a resolução de problemas que se arrastam há vários anos e para os quais os munícipes aguardam resposta.

h 9/41

Reconheceu que não será possível resolver todas as situações de imediato, admitindo que o presente ano não permitirá alcançar a totalidade das soluções necessárias. Contudo, afirmou que o mandato de quatro anos deverá ser orientado para a definição e implementação progressiva de respostas estruturadas e sustentáveis.

Nesse contexto, declarou que os Vereadores do Partido Socialista se encontram disponíveis para colaborar com a Senhora Presidente e com o Executivo Municipal na procura de soluções para os problemas identificados, os quais não se circunscrevem aos últimos quatro anos, mas têm origem em dificuldades que se prolongam no tempo.

Referiu que, na presente reunião, a Senhora Presidente apresentou informação relativa a diversos problemas, designadamente no âmbito da educação, dando conta da reunião realizada com o Senhor Ministro da Educação, bem como de outros contactos institucionais entretanto efetuados.

Sublinhou que tais diligências são relevantes, na medida em que o diálogo estabelecido deve traduzir-se em concretizações efetivas, evitando que as iniciativas se limitem à mera partilha de informação ou à expressão de intenções, sem resultados práticos. Indicou que os Vereadores do Partido Socialista registam positivamente as informações prestadas nas reuniões anteriores e na presente sessão, mantendo-se atentos à respetiva concretização, considerando que compete a todos contribuir para a identificação e implementação de soluções nas áreas da educação, saúde e mobilidade.

Acrescentou que a situação financeira do Município, bem como o orçamento a apresentar na próxima reunião de Câmara, não deverão justificar a redução de apoios aos munícipes que deles mais necessitam. Entendeu que as dificuldades financeiras atuais não são circunstanciais de um único mandato, mas antes se têm vindo a acumular ao longo do tempo, tendo sido igualmente assinaladas pelos Vereadores do Partido Socialista em anteriores mandatos.

Reforçou que não podem ser adotadas medidas de contenção que impliquem a supressão de apoios essenciais, sob a invocação de dificuldades orçamentais. A este propósito, referiu que o assunto a discutir na sequência da reunião constitui uma medida positiva, por representar a recuperação de um apoio anteriormente retirado aos munícipes, designadamente no que respeita ao passe municipal.

Referiu ainda a existência de outros apoios municipais, nomeadamente no âmbito dos apoios escolares, cuja manutenção considerou igualmente relevante no contexto das necessidades das famílias setubalenses.

Referiu que o Orçamento Municipal deverá refletir, de forma clara, os compromissos assumidos e os apoios anteriormente aprovados, matéria que terá oportunidade de aprofundar em momento próprio. Considerou não fazer sentido a redução de um apoio aprovado por unanimidade, designadamente no que se refere à alimentação escolar, por entender que tal medida poderá penalizar as famílias que mais necessitam de apoio.

Sublinhou que, caso não tenha sido apresentada em tempo útil a proposta de manutenção desse apoio, poderá tratar-se de uma situação que carece de correção, não admitindo que exista intenção de retirar apoios desta natureza. Entendeu que ainda se encontra em tempo de rever e corrigir eventuais decisões que venham a gerar desigualdades face aos mandatos anteriores, designadamente no que respeita aos anos de 2023, 2024 e 2025, considerando que, em 2026, as famílias não deverão ser prejudicadas.

Reforçou que os Vereadores do Partido Socialista se encontram empenhados na procura de soluções, reiterando que a situação financeira do Município é conhecida, sendo os respetivos documentos públicos e sujeitos a discussão e votação em reunião de Câmara. Acrescentou

que a Senhora Presidente, tendo exercido funções como Presidente do Município durante mais de uma década, conhece igualmente a realidade financeira da Autarquia, não colocando em causa a transparência dos dados apresentados. Reconheceu que a situação financeira poderá ter sofrido agravamento nos últimos anos, circunstância que, contudo, se encontra devidamente espelhada nos documentos orçamentais e de prestação de contas anteriormente apreciados.

Concluiu a sua intervenção reiterando os votos de bom ano a todos os trabalhadores municipais, aos setubalenses, aos Senhores Vereadores e à Senhora Presidente, afirmando que é tempo de trabalho e de responsabilidade, correspondendo às expectativas da população na resolução dos problemas que se prolongam há demasiado tempo.

**Sra. Presidente** – Respondeu às questões colocadas, referindo, relativamente às matérias suscitadas pela Senhora Vereadora Ana José Carvalho, que as mesmas se encontram em tratamento pelos serviços municipais competentes. Informou que, no período em que se encontra em funções, foi-lhe transmitido pelo respetivo Departamento que está em curso o processo de adesão à rede no âmbito das pessoas com necessidades específicas, encontrando-se o procedimento devidamente a ser preparado e acompanhado.

No que respeita à acessibilidade e à fruição dos equipamentos culturais, referiu que têm sido realizadas diversas intervenções, estando outras em execução. Esclareceu que já foram concretizadas melhorias de acessibilidade, nomeadamente a instalação de rampas em alguns equipamentos, embora ainda não em todos. Acrescentou que foi elaborado o Guia de Turismo Acessível e que o programa “Cultura Sem Barreiras” integra múltiplos projetos artísticos e culturais envolvendo pessoas com deficiência ou com perturbações de saúde mental, promovendo a inclusão e a interação social. Indicou, ainda, que a rede de museus municipais assegura acesso físico e online sem barreiras.

Referiu que se encontram em curso diversas intervenções destinadas a reforçar as condições de acessibilidade em escolas e espaços públicos, estando algumas já concluídas e outras em fase de execução, em articulação com os serviços municipais de obras. Reconheceu que ainda existem situações a resolver, as quais estão a ser progressivamente identificadas e tratadas.

Acrescentou que, no âmbito das visitas efetuadas aos equipamentos municipais, constatou a existência generalizada de problemas de infiltração de água em diversos edifícios culturais, desportivos e turísticos. Referiu que tais situações já foram parcialmente intervencionadas, designadamente no Convento de Jesus, no âmbito da primeira fase da obra, encontrando-se outras ainda em fase de reparação.

Concluiu que estas intervenções refletem a necessidade de resolução de constrangimentos estruturais acumulados ao longo de vários anos, estando os mesmos a ser progressivamente corrigidos pelos serviços municipais competentes.

Referiu que, no que respeita aos equipamentos municipais, as situações de infiltração já identificadas foram por si verificadas em diversas visitas efetuadas, confirmando que existiam problemas generalizados de entrada de água em vários edifícios, situação que está a ser objeto de intervenção faseada.

Relativamente à Casa Luísa Todi, informou que a empreitada já foi adjudicada à empresa vencedora do respetivo concurso público, estando previsto o início dos trabalhos. Esclareceu que, embora se trate de um projeto cuja preparação teve início em mandato anterior, as condições técnicas e operacionais da empresa não permitiram o arranque da obra nos meses finais do ano, estando o início dos trabalhos previsto para o mês de janeiro. Considerou que o

arranque desta intervenção constitui uma forma simbólica de assinalar os 273 anos do nascimento de Luísa Todi, dando início às obras de requalificação do imóvel.

No que respeita às questões colocadas pelo Senhor Vereador Nuno Costa, referiu que a informação transmitida pelo Senhor Ministro da Educação não coincide integralmente com a apresentada na reunião, sendo que a divergência poderá ser clarificada em momento próprio. Esclareceu que a informação recebida pelo Município se refere ao universo total de crianças fora da rede pública de educação pré-escolar, correspondendo a cerca de trezentas e setenta crianças, e não apenas a um estabelecimento específico, existindo, assim, diferença entre os dados apresentados.

Quanto à Linha do Sado, informou que se encontram em curso diversos estudos e que o Município aguarda reunião com a Infraestruturas de Portugal, já solicitada, no âmbito da análise das soluções em apreciação. Acrescentou que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Sado já foi informada sobre as linhas de trabalho em avaliação.

Esclareceu que o objetivo em análise passa pela eliminação de uma barreira urbana existente entre a cidade e o rio, naquele espaço, que condiciona a circulação automóvel ao nível do piso térreo, obrigando ao atravessamento pelo viaduto. Referiu ainda que essa configuração urbanística impacta igualmente a zona do Bairro das Fontainhas, defendendo que também aquela área deve beneficiar da eliminação da referida barreira física.

Concluiu referindo que o tema se encontra em análise e discussão com várias entidades competentes, no âmbito dos estudos em curso.

Referiu que o primeiro estudo efetuado teve como premissa essencial a não prejudicar nem o funcionamento do porto nem a população, sendo necessário compatibilizar ambas as vertentes. Esclareceu que o tráfego ferroviário associado ao Porto de Setúbal é assegurado por comboios que circulam até à estação da Cachofarra, onde é efetuada a inversão de marcha. Acrescentou que, em determinadas situações, composições que se encontravam mais avançadas no traçado, nomeadamente na zona das Fontainhas, eram utilizadas para estacionamento temporário, o que não deverá constituir a finalidade principal daquela infraestrutura.

Salientou que, caso a função de abastecimento do porto esteja assegurada até à Cachofarra, não se justifica a utilização adicional do troço para efeitos exclusivos de estacionamento ferroviário, devendo essa matéria ser tecnicamente avaliada no âmbito dos estudos em curso. Relativamente à mobilidade, referiu que o metro bus constitui uma das propostas em análise, não sendo necessariamente a única solução considerada, encontrando-se igualmente em apreciação outras alternativas de natureza rodoviária. Esclareceu que estas soluções poderão permitir melhorar a ligação ao Faralhão e às Praias do Sado, assegurando maior articulação interna e reforço da mobilidade nessas áreas.

No que respeita ao traçado atualmente existente, designadamente o percurso que liga a zona do Quebedo ao Faralhão, referiu que o mesmo não assegura a entrada direta nas Praias do Sado, pelo que se pretende estudar uma solução que responda às necessidades de mobilidade da população residente naquela área. Acrescentou que o objetivo é garantir que nenhuma população fique prejudicada, assegurando-se acessibilidades adequadas.

Mencionou ainda que já existem constrangimentos resultantes do encerramento de uma via anteriormente utilizada, na sequência da instalação industrial associada à antiga Portucel, situação que condicionou acessos naquela zona, pelo que não se pretende agravar tais limitações.

Concluiu referindo que a opção final — metro bus ou solução exclusivamente rodoviária — se encontra em avaliação técnica, considerando que o modelo ferroviário atual poderá não se

justificar no contexto presente, sendo intenção do Município assegurar soluções de mobilidade adequadas, integradas e sem prejuízo para a população.

Esclareceu que a eventual solução em análise não se prende exclusivamente com a questão da velocidade de circulação, mas também com a requalificação urbana do referido troço, designadamente a remoção de material circulante pesado, que considerou desadequado face ao desenvolvimento urbano do concelho e à ambição de uma cidade mais moderna e com maior proximidade ao rio, eliminando a atual barreira física existente há vários anos naquela zona.

Relativamente às questões colocadas pela Senhora Vereadora Patrícia Paz, referiu não dispor de informação detalhada sobre a utilização de geradores por parte de todas as empreitadas, admitindo que possa existir diversidade de soluções técnicas, designadamente no que respeita às ligações elétricas provisórias.

Informou que o Município tem acompanhado de forma próxima as intervenções em curso, não apenas aquela especificamente referida, com o objetivo de assegurar a conclusão atempada das obras no âmbito do PRR, garantindo simultaneamente a redução do tempo de permanência das famílias em soluções provisórias e promovendo a rápida reabilitação das suas habitações.

Referiu que, no âmbito de reuniões realizadas com empreiteiros responsáveis pelo maior volume de intervenções, nomeadamente com a empresa Tecnoem, foi transmitida a necessidade de cumprimento rigoroso dos prazos contratuais. Esclareceu que, de acordo com os contratos celebrados, o período de permanência dos agregados familiares em alojamento temporário não deverá exceder quatro a cinco meses, devendo o processo de reabilitação ser executado de forma faseada, permitindo o regresso das famílias às suas habitações à medida que as mesmas vão sendo concluídas, evitando a necessidade de reabilitar simultaneamente a totalidade do edifício, o que prolonga desnecessariamente os constrangimentos.

Acrescentou que o Município tem procurado adotar medidas de agilização, incluindo apoio na proteção de bens dos moradores, através do entaipamento preventivo, e apoio logístico no âmbito das mudanças, apesar de tais responsabilidades se encontrarem contratualmente atribuídas aos empreiteiros.

Concluiu referindo que têm sido envidados todos os esforços para acelerar a execução das obras e minimizar os impactos para os munícipes, tendo anunciado que, relativamente a esta matéria, a intervenção técnica complementar seria prestada pelo Senhor Vereador Bruno Russo.

Referiu, relativamente ao complexo desportivo e aos respetivos acessos, designadamente no que concerne às instalações sanitárias, que existem sanitários no local, estando a situação a ser avaliada, com vista à verificação do seu funcionamento e à eventual introdução de melhorias consideradas necessárias.

Sublinhou que tem sido desenvolvido um esforço significativo para intervir em diversas áreas do concelho, reconhecendo, contudo, que ainda existem situações a corrigir, as quais deverão ser resolvidas de forma progressiva e estruturada.

No que respeita à situação financeira do Município, afirmou que a mesma não constitui desculpa, mas antes um facto objetivo, conhecido através dos documentos públicos, designadamente orçamentos e prestações de contas. Referiu que os dados relativos ao endividamento municipal são públicos e acessíveis, sendo do conhecimento dos Senhores Vereadores.

Indicou que, em contexto de campanha eleitoral, foram apresentados valores distintos quanto ao montante da dívida municipal, variando as estimativas entre quarenta e tal milhões de euros e cinquenta e tal milhões de euros. Acrescentou que, segundo os documentos contabilísticos disponíveis — incluindo encargos ainda não refletidos nas prestações de contas, como determinadas injunções — o montante do endividamento registado atingia já cerca de 98 milhões de euros, considerando este o valor que traduz a realidade financeira mais atualizada.

Reconheceu que tal situação pode limitar a capacidade de resposta do Município e afetar a fruição de determinados serviços por parte dos munícipes, salientando que a gestão municipal é da responsabilidade de todos os Vereadores.

Reafirmou que os documentos financeiros poderão ser analisados detalhadamente em momento próprio, reiterando que os mesmos são públicos e verificáveis.

Concluiu referindo que o mandato em curso dispõe de quatro anos para concretizar os compromissos assumidos, estando a ser desenvolvido trabalho nesse sentido, designadamente em áreas como o Urbanismo, onde se encontram processos pendentes, incluindo procedimentos de contraordenação, cuja tramitação se encontra a ser regularizada pelos serviços competentes.

Referiu que, no que respeita aos processos em curso e à dinâmica de investimento no concelho, têm sido registadas alterações relevantes, salientando que determinados projetos anteriormente previstos se encontravam parados, tendo agora sido retomados, com novos investidores a manifestar interesse em desenvolver iniciativas no Município. Acrescentou que alguns investidores que, no passado, deixaram de contactar o Executivo, estão atualmente a regressar, o que considera um sinal positivo para a dinamização económica do concelho.

Informou que poderão ser apresentados, em reunião posterior, vários projetos e perspetivas de investimento que se encontram em fase de análise e negociação, destacando que a concretização destas oportunidades representa um contributo relevante para o desenvolvimento local.

Reconheceu o trabalho desenvolvido pelos Senhores Vereadores com pelouros atribuídos, designadamente o Senhor Vereador Bruno Russo, que tem acompanhado e organizado diversas matérias com os serviços municipais, promovendo melhorias internas e procedimentos de articulação, bem como o Senhor Vereador Paulo Maia, nas áreas da Proteção Civil, Bombeiros, Finanças e Recursos Humanos, no âmbito da reorganização e regularização de processos.

Esclareceu que não foram promovidas cessões de trabalhadores por iniciativa do Executivo, sendo que eventuais saídas resultam de decisões pessoais dos próprios trabalhadores, situação que considerou normal no contexto da mobilidade profissional. Referiu que foram efetuadas adaptações em alguns setores, encontrando-se os serviços em funcionamento regular, com acompanhamento técnico e articulação com as Juntas de Freguesia, num quadro de diálogo institucional considerado positivo.

Sublinhou que, embora ainda decorram apenas dois meses desde o início do mandato, têm sido desenvolvidas múltiplas ações, sendo natural que nem todas possam ser imediatamente reportadas.

Concluiu agradecendo a colaboração de todos os Senhores Vereadores, destacando que as intervenções apresentadas contribuem para a identificação de necessidades e para a melhoria da ação municipal, permitindo dar seguimento às matérias sinalizadas e operacionalizar as soluções propostas.

**Sr. Vereador Bruno Russo** – Cumprimentou a Senhora Presidente, os Senhores Vereadores, os representantes da comunicação social, a equipa técnica do Município, os presentes na sala e todos os que acompanhavam a reunião à distância.

Relativamente à intervenção no Bairro Afonso Costa, esclareceu que as obras em curso se encontram sujeitas a prazos contratualmente definidos, estando o Município empenhado no seu cumprimento, procurando simultaneamente minimizar os impactos negativos inerentes a qualquer empreitada desta natureza.

Referiu que, no decurso dos trabalhos, se verificaram dificuldades na execução, por parte da entidade responsável pela rede elétrica, designadamente a E-Redes, no que respeita à ligação definitiva à rede de energia. Perante tal constrangimento, o empreiteiro apresentou, numa fase inicial, a utilização de geradores como solução provisória, de modo a permitir o arranque da obra.

Acrescentou que a Câmara Municipal solicitou o cumprimento rigoroso dos horários legalmente permitidos para funcionamento dos geradores, referindo que, tanto quanto é do seu conhecimento, tal horário estará a ser respeitado, com funcionamento apenas a partir das 08h00. Informou ainda que se encontra em curso a redução gradual do recurso a geradores, na medida em que já se iniciou a ligação de alguns quadros elétricos provisórios.

Esclareceu que a instalação e ligação definitiva dos quadros elétricos a todos os monoblocos e serviços de obra está prevista, de forma a assegurar a alimentação direta à rede, eliminando a necessidade de utilização de geradores. Todavia, enquanto essa ligação não se concretizar, o recurso a geradores constitui a única solução técnica disponível para garantir a continuidade da empreitada.

Concluiu referindo que esta é a informação de que dispõe, mantendo-se o acompanhamento da situação pelos serviços municipais competentes.

**Sra. Presidente** – Questionou se algum dos Senhores Vereadores pretendia colocar mais alguma questão.

Não havendo intervenções adicionais, passou-se ao período de saudações.

**Sra. Vereadora Ana Carvalho** – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 8 a 11.

#### **“Saudação**

##### **Aniversário do Clube de Campismo de Setúbal**

*Fundado em 1947, o Clube de Campismo de Setúbal assinalou o seu 79.º aniversário no dia 1 de janeiro.*

*Enquanto instituição de utilidade pública, tem desenvolvido a sua atividade com o principal objetivo de promover a prática de campismo e iniciativas de cariz cultural e recreativo no concelho de Setúbal, procurando contribuir, de igual modo, para a valorização e preservação do património natural setubalense.*

*Tem ainda, desde 1984, colaborado com o Município de Setúbal na gestão do Parque de Campismo da Gâmbia, através de um contrato de concessão, permitindo a dinamização deste equipamento, que atrai inúmeros campistas anualmente.*

*O turismo ao ar livre, no qual se incluem o campismo tradicional, o autocaravanismo e o glamping, tem vindo a ganhar cada vez mais expressão em Portugal, sendo visto como uma opção mais sustentável e económica, tanto por turistas nacionais como por turistas internacionais.*

*Neste sentido, é essencial investir na requalificação dos equipamentos e estruturas existentes no nosso território, bem como na criação de novos, contribuindo para a melhoria da oferta no domínio do turismo ao ar livre, tirando partido do potencial sui generis do nosso concelho, nomeadamente das suas condições e características naturais, tendo como parceiro o movimento associativo.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reconhecendo, desta forma, o importante trabalho desenvolvido pelo Clube de Campismo de Setúbal, o qual tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do nosso território, para o fortalecimento dos laços comunitários e para a valorização da identidade e do património setubalenses, saúdam e felicitam os seus órgãos sociais e todos os seus associados por mais um aniversário”.*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário da Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi**

*A Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi, fundada em 1961, assinalou o seu 65.º aniversário no dia 6 de janeiro.*

*Esta instituição de ensino artístico especializado é uma associação sem fins lucrativos e de utilidade pública, dedicada ao ensino das Belas-Artes e da Música, desde o berçário até ao ensino secundário.*

*De nome Luísa Todi, em homenagem a Luísa Rosa de Aguiar Todi, ilustre cantora lírica nascida em Setúbal, assume-se como um espaço onde é privilegiado o cultivo de talentos, em articulação com a promoção da concentração, da autoestima e do desenvolvimento de competências analíticas.*

*Reconhecida pela comunidade educativa, pelo poder local e pelas populações setubalenses enquanto uma instituição de ensino de excelência, e tendo sido já distinguida por duas vezes pela Câmara Municipal de Setúbal com a Medalha de Honra da Cidade, a Academia destaca-se como a única escola no distrito a oferecer o Regime Integrado no Ensino Vocacional de Música, acolhendo uma população escolar vasta e heterogénea.*

*Assim, e reconhecendo a importante atividade desenvolvida por esta instituição em prol do desenvolvimento cultural e artístico do concelho, bem como o seu compromisso o ensino, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi e toda a sua comunidade educativa por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário da União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense**

*Fundada em 1979, a União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense celebrou o seu 46.º aniversário no dia 31 de dezembro.*

*Desde a sua fundação, esta entidade tem contribuído de forma significativa para a dinamização cultural e desportiva, não só da freguesia em que se insere, mas também de todo o concelho, constituindo-se um parceiro imprescindível do restante movimento associativo setubalense e do poder local.*

*Junto das populações, tem procurado ser motor de desenvolvimento e participação cívica, fomentando e fortalecendo os laços comunitários.*

*Organizadora e parceira de iniciativas como “Portugal a Dançar” – concurso de dança que percorre o país de norte a sul e que proporciona ao vencedor de cada uma das nove*

*localidades por onde este passa a oportunidade de apresentar a sua coreografia num dos congressos de dança promovidos pelo Conselho Internacional de Dança da UNESCO – e a já tradicional corrida de São Silvestre, que, no dia 10 de janeiro, contará com a sua 27.ª edição, a UCRD Praiense tem demonstrado a sua relevância cultural e desportiva.*

*Neste sentido, e transmitindo o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo movimento associativo em prol da comunidade, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário”.*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário do Porto de Setúbal**

*O Porto de Setúbal celebrou, no dia 18 de dezembro, data correspondente à fundação da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, o seu 102.º aniversário.*

*Como mola impulsionadora do desenvolvimento económico do concelho, da região e do país, tem-se colocado na vanguarda da inovação e modernização, contando com um conjunto de projetos e desenvolvimentos estratégicos e adaptando-se às novas realidades e necessidades económicas, logísticas e ambientais.*

*Do crescimento significativo na movimentação de mercadoria, com 5,8 milhões de toneladas de mercadorias movimentadas até novembro de 2025, à expansão de ligações e serviços, com a integração em novas rotas, passando pelo reforço da capacidade e operações especializadas e pelo estabelecimento de parcerias com entidades nacionais e internacionais, o Porto de Setúbal continua a afirmar-se como um fator determinante para o desenvolvimento da região, para a competitividade da economia portuguesa e para a afirmação de Portugal enquanto referência mundial no setor logístico e portuário.*

*O Porto tem desempenhado ainda um papel central na preservação e valorização do património cultural e natural da região, contribuindo para a difusão da Baía de Setúbal.*

*Neste contexto de valorização da ligação ao território e à comunidade, assinalou, este ano, o seu aniversário com a 3.ª edição do Concurso de Fotografia e visitas abertas ao público, que passaram pelos vários terminais e ainda pelo Arquivo dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra. Estas iniciativas são exemplo do compromisso com o reforço da proximidade às populações.*

*Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Porto de Setúbal e a APSS, órgãos sociais e trabalhadores por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho”.*

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 12 e 13.

#### **“Saudação**

##### **Aniversário do Programa Terapêutico “Lugar da Manhã”**

*O Programa Terapêutico “Lugar da Manhã”, da Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras, celebrou o seu 34.º aniversário no passado dia 1 de janeiro. Criado em 1992, este programa visa o tratamento de pessoas com problemas de consumo de álcool e outras substâncias, através da Terapia Sintónica – técnica psicoterapêutica, criada e concebida em Portugal pelo Dr. Carlos Fugas –, que se constitui como pilar do modelo terapêutico implementado.*

h 17/4

O programa é desenvolvido em três unidades distintas, mas complementares, que procuram responder às necessidades específicas das pessoas com comportamentos aditivos, atuando junto destas e das suas famílias. Na Casa de Entrada, na Comunidade Terapêutica e na Casa de Saída, é trabalhada a recuperação e reinserção social dos utentes, através de um processo psicoterapêutico, que fomenta mudanças a nível interno, as quais resultam da melhoria da comunicação entre as dimensões consciente e inconsciente da mente, com vista ao desenvolvimento e crescimento individual, promotor da saúde mental e emocional.

Dados do V Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral mostram que, entre 2017 e 2022, houve um aumento generalizado do consumo de álcool, tabaco e substâncias ilícitas ao longo da vida, refletindo uma tendência de aumento destes consumos a médio/longo prazo. No entanto, um relatório recente divulgado pelo Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências (ICAD) mostra que o consumo de álcool, tabaco e drogas entre os jovens de 18 anos diminuiu em 2024, em comparação com anos anteriores. Porém, o recurso a este tipo de substâncias continua a ser elevado no país.

Perante este contexto, o trabalho desenvolvido por entidades e programas como o “Lugar da Manhã” é fundamental para a recuperação e reinserção de pessoas com problemas de consumo de substâncias, bem como para a sensibilização e prevenção do uso de substâncias psicoativas, através de intervenções de natureza social, clínica e comunitária.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Programa Terapêutico “Lugar da Manhã”, bem como a APACCF e todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua atividade por mais um aniversário, reconhecendo o seu importante contributo para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, em particular daqueles que se encontram mais vulneráveis e suas famílias”.

#### **“Saudação**

##### **Aniversário da Associação de Educação e Inserção de Jovens – Questão de Equilíbrio**

A Associação de Educação e Inserção de Jovens - Questão de Equilíbrio celebrou o seu 32.º aniversário no dia 1 de janeiro.

Fundada em 1994, esta Instituição Particular de Solidariedade Social, com intervenção nos concelhos de Setúbal e Palmela, desenvolve uma importante atividade de cariz social, acompanhando crianças e jovens em situação de risco.

A Questão de Equilíbrio coopera com o Estado, bem como com o sector solidário, contribuindo para a formulação e execução de políticas públicas progressivamente mais adequadas às necessidades das populações e comunidades, em prol da coesão social. Desenvolve os seus planos e projetos de intervenção através de respostas sociais, como a Casa de Acolhimento Residencial 1 de Junho, que acolhe crianças e jovens dos 12 aos 18 anos; a Casa de Acolhimento Residencial Mário Sacramento, também designada por Apartamento de Autonomia, que acolhe jovens adultos com idades a partir dos 18 anos; e o CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, cuja intervenção está direcionada para o trabalho com famílias de crianças e jovens em situação de risco.

Segundo o Relatório CASA, divulgado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o número de crianças e jovens institucionalizados diminuiu cerca de uma centena de 2023 para 2024. Contudo, o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), relativo ao ano de 2024, registou mais 4812 processos face ao ano anterior (84 196), o que representa um aumento na ordem dos 5,5%. A negligência e a violência doméstica são destacadas como os principais motivos das

*situações de risco, e as crianças e os jovens do sexo masculino e de nacionalidade portuguesa continuam a ser os que estão mais em risco.*

*Desta forma, o trabalho desenvolvido por entidades como a Questão de Equilíbrio e os serviços por estas prestados representam um importante contributo na defesa dos direitos das crianças e jovens, promovendo a sua proteção, inclusão e desenvolvimento.*

*A proteção das crianças e jovens deve ser uma responsabilidade e compromisso da sociedade e do Estado, não só enquanto garantia dos Direitos das Crianças e dos Direitos Humanos, mas também como salvaguarda do nosso futuro coletivo. Só através de uma ação concertada será possível garantir que todas as crianças e jovens cresçam com dignidade e segurança.*

*Assim, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Educação e Inserção de Jovens – Questão de Equilíbrio, os seus órgãos sociais e todos aqueles e aquelas que diariamente contribuem para a sua atividade por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.*

**Sr. Vereador Nuno Costa** – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 14 e 16.

#### **“Saudação**

#### **79.º ANIVERSÁRIO DO CLUBE DE CAMPISMO DE SETÚBAL**

*No passado dia 1 de janeiro, o Clube de Campismo de Setúbal (CCS) celebrou o seu 79.º aniversário, assinalando quase oito décadas de uma existência inteiramente dedicada à promoção do campismo, do pedestrianismo e do convívio em plena harmonia com a natureza. O clube nasceu da fusão de alguns grupos de campismo existentes em Setúbal, entre eles “As Aves Migradoras”, “Grupo de Campismo Estrela do Sado”, “Troianos e Sadinós”. Antes da fusão do clube, o parque localizava-se no interior da Comenda, no Vale de Armelão, terreno cedido pelo Conde D’Armand, onde os campistas construíram instalações sanitárias e duches.*

*O Clube de Campismo de Setúbal é uma instituição de utilidade pública e sócio fundador da Federação Campismo e Montanhismo de Portugal, é uma das instituições de referência no associativismo da nossa cidade e um pilar fundamental na divulgação das potencialidades turísticas e ambientais da nossa região, fomentando valores de cidadania, solidariedade e respeito pelo património natural, unindo gerações de setubalenses e visitantes em torno de um estilo de vida saudável e comunitário.*

*Detentor da Medalha de Honra da Cidade de Setúbal, o Clube de Campismo viu o seu mérito e dedicação à causa pública formalmente reconhecidos pelo Município, numa justa homenagem ao seu papel cimeiro no desenvolvimento do associativismo, da cultura do lazer e da preservação ambiental. Esta distinção honorífica reflete a excelência do trabalho desenvolvido em prol da comunidade e a dignidade com que a instituição representa o nome de Setúbal, nomeadamente através da gestão exemplar do Parque de Campismo de Gâmbia. A Coligação Democrática Unitária (CDU) propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saúde o Clube de Campismo de Setúbal pelo seu 79.º aniversário, felicitando os seus órgãos sociais, colaboradores e todos os seus associados pelo trabalho desenvolvido, contribuindo para o prestígio e vitalidade do nosso concelho”.*

### **“Saudação**

#### **102.º Aniversário do Porto de Setúbal**

*No passado dia 18 de dezembro, o Porto de Setúbal assinalou o seu 102.º aniversário, celebrando mais de um século de uma história indissociável do desenvolvimento económico, social e identitário da nossa cidade e da região.*

*Desde a sua institucionalização em 1923, o Porto de Setúbal afirmou-se como uma infraestrutura estratégica nacional, servindo como uma das principais portas de saída das exportações portuguesas e como um motor fundamental para a competitividade da indústria regional.*

*Ao longo destes 102 anos, o porto soube evoluir, modernizar-se e adaptar-se às exigências dos novos tempos e do comércio internacional, mantendo sempre uma ligação umbilical à comunidade sadina. Hoje, para além da sua relevância comercial e logística, o Porto de Setúbal assume um compromisso crescente com a sustentabilidade ambiental e a inovação tecnológica, pilares essenciais para o futuro da Economia Azul.*

*A Coligação Democrática Unitária (CDU) propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saúde a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS), bem como todos os trabalhadores, operadores portuários e agentes que, diariamente, contribuem para a vitalidade desta infraestrutura”.*

### **“Saudação**

#### **46.º Aniversário da União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense**

*No passado dia 31 de dezembro, a União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense (UCRDP) celebrou o seu 46.º aniversário, assinalando quase meio século de uma existência inteiramente dedicada ao serviço da comunidade setubalense.*

*Fundada em 1979, a União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense (UCRD Praiense) nasceu da fusão do Sport Clube Praiense com a Sociedade Musical Caprichosa Praiense, unindo esforços para colmatar a falta de espaços de lazer e formação para a juventude na freguesia das Praias do Sado.*

*Ao longo de quase cinco décadas, a "Praiense" tem-se destacado pela diversidade das suas valências, no Desporto tem sido uma escola de virtudes, com especial foco no futebol de formação, tem sido um viveiro de talentos, onde o trabalho de base não visa apenas a competição, mas sobretudo a transmissão de valores como a disciplina, o espírito de equipa e o fair-play. Na Cultura tem sido responsável por eventos emblemáticos como o Concurso do Vestido de Chita, a participação ativa nas Marchas Populares, bem como a organização de provas como a São Silvestre do Sado.*

*Numa data tão significativa, importa reconhecer o esforço abnegado de todos os dirigentes, sócios, atletas e amigos que, de forma voluntária, mantêm viva a chama desta coletividade. O seu contributo é fundamental para a identidade e para a qualidade de vida dos Setubalenses. A Coligação Democrática Unitária (CDU) propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saúde a União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense pelo seu 46.º aniversário, fazendo votos de que continue a trilhar o caminho do sucesso e da relevância social em prol da nossa cidade durante muitos e longos anos”.*

**Sr. Vereador Nuno Costa** – Apresentou a seguinte moção, cujo original fica anexo à presenta ata, sob o registo n.º 17.

### **“Moção**

#### **Fim à agressão militar dos EUA contra a Venezuela**

*A Câmara Municipal de Setúbal condena veementemente a agressão militar norte-americana contra a República Bolivariana da Venezuela e o rapto do Presidente Nicolás Maduro e da sua esposa, Cília Flores.*

*Esta agressão é totalmente ilegal à luz do direito internacional e deve ser condenada inequivocamente. Não cabe aos EUA determinar as opções políticas e económicas de nenhum Estado.*

*A Câmara Municipal de Setúbal reclama do Governo português uma clara condenação da agressão militar dos EUA à Venezuela, em consonância com os princípios da Constituição da República Portuguesa, que preconiza o respeito pela soberania e os direitos dos povos e a eliminação de todas as formas de dominação nas relações entre Estados.*

*O que os EUA pretendem é apoderar-se, de novo, dos imensos recursos naturais da Venezuela, país que tem as maiores reservas de petróleo do mundo. É isto, e não quaisquer falsas e hipócritas preocupações com a "democracia" ou o "narcotráfico", que move os EUA no que concerne à Venezuela e aos outros países da América Latina e Caraíbas.*

*A apresentação recente da «Estratégia de Segurança Nacional» dos EUA aponta precisamente para o domínio norte-americano da América Latina e Caraíbas, numa reedição da famigerada Doutrina Monroe.*

*Apelando à solidariedade com o povo venezuelano e com a numerosa comunidade portuguesa que ali vive e trabalha, a Câmara Municipal de Setúbal reafirma a defesa da paz, da soberania e dos direitos do povo venezuelano e dos outros povos da América Latina e Caraíbas”.*

**Sr. Vereador Nuno Costa** – Referiu que foi apresentada uma moção relativa à situação na Venezuela e aos acontecimentos de 3 de janeiro, justificando a sua apresentação no entendimento de que se estaria perante um contexto internacional em que se verifica a prevalência da força sobre o primado do direito.

Sublinhou que, independentemente das considerações sobre o regime político vigente na Venezuela, a situação em causa configuraria, na sua perspetiva, uma intervenção de um Estado sobre outro com o objetivo de controlo político e económico, designadamente associado à exploração de recursos naturais, enquadramento que considerou incompatível com os princípios do direito internacional contemporâneo.

Acrescentou que, no âmbito do direito internacional, não se enquadram intervenções desta natureza, nem a prática de extradição ou transferência de cidadãos entre Estados para efeitos de julgamento ao abrigo de legislação nacional de terceiros países. Nesse sentido, afirmou que a moção apresentada visa apelar à condenação deste tipo de intervenções, por entender que colocam em causa a segurança e a estabilidade internacionais.

Referiu ainda que, embora a discussão se centre na situação da Venezuela, foram igualmente mencionados outros países, designadamente México, Cuba, Colômbia e a Gronelândia.

Mencionou também referências efetuadas a territórios nacionais, designadamente à Região Autónoma dos Açores, concretamente à Ilha Terceira, observando que, quando determinadas questões passam a ter impacto mais direto, a perspetiva das mesmas pode ser alterada.

Acrescentou que a questão em apreço se prende com a forma como a intervenção foi realizada, entendendo que a mesma ocorreu ao arpejo do direito internacional, dos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e dos demais instrumentos jurídicos internacionais aplicáveis.

Esclareceu que a moção apresentada tem igualmente como objetivo expressar a posição política daquele órgão deliberativo perante a situação em causa, manifestando condenação relativamente a intervenções que, no seu entendimento, colocam em causa os princípios do direito internacional e a estabilidade das relações internacionais.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que se associava às preocupações trazidas anteriormente, referindo que, em um mundo regido pelo Estado de direito, não se pode aceitar pacificamente a ideia de que um Estado possa invadir outro Estado ou remover o seu líder apenas porque discorda do regime político em vigor.

Assinalou que, conforme é do conhecimento público, o presidente Nicolás Maduro teve o seu poder reforçado nas últimas eleições, ainda que a sua legitimidade eleitoral não seja reconhecida pela grande maioria dos Estados; contudo, sublinhou que a questão em debate não é o regime político vigente na Venezuela, mas sim a forma como a intervenção foi conduzida, em franca contravenção com o direito internacional e com a Carta das Nações Unidas e outros instrumentos jurídicos internacionais fundamentais. Em 3 de janeiro de 2026, os Estados Unidos realizaram uma intervenção militar que incluiu ataques aéreos e a captura do Presidente da Venezuela, retirando-o do território venezuelano, fato que foi amplamente noticiado e suscitou reações críticas de vários países e organizações por alegada violação da soberania de um Estado e do direito internacional.

Recordou que este tipo de ação não remete apenas para tempos medievais, mas também para eventos recentes, como a invasão de um país europeu em 2022 com o pretexto de uma “operação militar especial” e alteração de regime, intervenção que também foi amplamente debatida e criticada no plano internacional, porquanto também envolveu uso de força contra a soberania de um Estado vizinho.

Acrescentou que, em consequência, associam-se à ideia de que, num mundo civilizado que deve funcionar como um condomínio de Estados com vivência plena em sociedade e respeito mútuo, não se pode, de forma alguma, compactuar ou aceitar tal tipo de ações.

Sublinhou que os defensores da democracia não podem aceitar este tipo de ações por parte de qualquer país, pois, hoje, ocorreu na Venezuela, mas amanhã poderia ser noutro território, incluindo regiões como a Gronelândia, o México, ou até a Ilha Terceira.

Afirmou que a moção apresentada pretende justamente manifestar a tomada de posição política daquele órgão em relação a esta situação, reafirmando o princípio do respeito pela soberania, pela não intervenção e pelo pleno respeito pelo direito internacional.

**Sra. Presidente** – Disse que o Movimento de Cidadãos Setúbal de Volta subscrevia exatamente as palavras do Vereador Joel Marques e, portanto, associava-se desta forma à Moção apresentada pela CDU.

**Sr. Vereador Edgar Jesus** – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 18 e 19.

#### **“Saudação**

#### **1 JANEIRO: DIA MUNDIAL DA PAZ**

*O início de cada novo ano convida à reflexão sobre valores essenciais, entre os quais se destaca a paz. O Dia Mundial da Paz, celebrado no passado dia 1 de janeiro, assinala precisamente esse compromisso coletivo.*

*Instituída em 1968, esta data tornou-se um símbolo universal de diálogo, respeito e convivência democrática entre povos e comunidades.*

h 22 / 41

*A paz não se resume à ausência de conflito. Constrói-se no respeito pelas diferenças, na capacidade de diálogo e na forma responsável como são exercidas funções públicas, especialmente em contextos democráticos.*

*Em nome dos Vereadores do Partido CHEGA, expressamos o desejo de que 2026 seja um ano marcado pelo respeito institucional, pelo sentido de dever e por um compromisso firme com o bem comum e com as populações que representamos.”*

#### **“Saudação**

#### **4 DE JANEIRO: DIA MUNDIAL DO BRAILLE**

*O Dia Mundial do Braille, celebrado no passado dia 4 de janeiro, constitui um momento importante de reflexão sobre a inclusão e o acesso à informação.*

*Proclamada pelas Nações Unidas em 2018 e assinalada desde 2019, esta data presta homenagem a Louis Braille e ao sistema que abriu portas à autonomia, à aprendizagem e à participação cívica de milhares de pessoas cegas ou com baixa visão.*

*O acesso à informação é um direito fundamental. Sempre que esse acesso não é garantido, criam-se barreiras que limitam a igualdade de oportunidades e a plena participação na vida em sociedade.*

*Enquanto Autarcas, entendemos que, cabe também às autarquias assumir um papel ativo na promoção da acessibilidade, seja na comunicação institucional, nos serviços municipais ou no espaço público, contribuindo para uma comunidade mais justa e verdadeiramente inclusiva”.*

**Sr. Presidente** – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 20 e 21.

#### **“Saudação**

#### **46.º Aniversário da União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense**

*A Câmara Municipal de Setúbal associa-se com profundo apreço às comemorações do 46.º aniversário da União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense, saudando uma coletividade de reconhecido mérito e inegável importância para a vida desportiva, cultural e social do concelho.*

*Ao longo de quase meio século, a UCRD Praiense tem desenvolvido um trabalho notável na promoção da prática desportiva, com especial destaque para o futebol, constituindo-se como uma verdadeira escola de formação humana e desportiva, fomentando valores como o espírito de equipa, a disciplina, o respeito e a solidariedade, particularmente junto das camadas mais jovens.*

*Paralelamente, a sua intensa atividade cultural e recreativa tem contribuído de forma decisiva para a dinamização da vida comunitária e para a afirmação das tradições populares de Setúbal. Iniciativas emblemáticas como o tradicional Concurso do Vestido Chita, a participação nas Marchas Populares de Setúbal, bem como muitas outras atividades recreativas, são exemplo vivo do seu empenho na preservação, valorização e renovação do património cultural local.*

*Importa igualmente sublinhar o papel relevante da União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense na valorização do associativismo, assente no voluntariado, no compromisso cívico e no envolvimento ativo da comunidade, contribuindo para o fortalecimento da identidade coletiva e para a coesão social do concelho.*

*Neste momento comemorativo, a Câmara Municipal de Setúbal expressa o seu reconhecimento e gratidão a todos os dirigentes, associados, atletas, colaboradores e*

*voluntários que, ao longo da sua história, têm dedicado o seu esforço e entusiasmo ao engrandecimento da coletividade, formulando votos de contínuo sucesso na prossecução da sua missão”.*

### **“Saudação**

#### **79.º Aniversário do Clube de Campismo de Setúbal**

*A Câmara Municipal de Setúbal associa-se com elevada estima às comemorações do 79.º aniversário do Clube de Campismo de Setúbal, saudando uma coletividade de referência no concelho e no movimento associativo nacional.*

*Ao longo de quase oito décadas, o Clube de Campismo de Setúbal tem desempenhado um papel notável na promoção do campismo e do montanhismo, incentivando estilos de vida ativos, saudáveis e profundamente ligados à fruição responsável da natureza. A sua ação persistente tem contribuído de forma exemplar para a valorização dos valores naturais e ambientais, promovendo o conhecimento, o respeito e a defesa do património natural, em especial junto das gerações mais jovens.*

*Igualmente relevante é o seu contributo para o fortalecimento do associativismo, assente no voluntariado, na participação cívica e no espírito de comunidade, valores que enriquecem a vida social e cultural do concelho e reforçam a coesão da comunidade setubalense.*

*Neste momento simbólico, a Câmara Municipal de Setúbal expressa o seu reconhecimento e apreço a todos quantos, ao longo da história do Clube, têm contribuído para o seu prestígio e dinamismo, formulando votos de contínuo sucesso na prossecução da sua missão em prol da natureza e da cidadania”.*

**Sr. Presidente** – Disse que se associavam a todas as outras saudações, relativamente a vários aniversários, comemoração de alguns dias, como o Dia Mundial da Paz e o Dia Mundial do Braille, portanto, associavam-se, naturalmente a todas as outras saudações.

**Sr. Vereador Nuno Costa** – Disse que a CDU também se associava às saudações trazidas.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** - Apresentou o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presente ata, sob o registo n.º 22.

### **“Voto de Pesar**

#### **Falecimento de Ricardo Mira**

*Ricardo Mira, médico, músico e cidadão setubalense profundamente ligado à cidade e às suas gentes, faleceu no passado dia 26 de dezembro, aos 69 anos.*

*Nascido em Setúbal, em 1956, concluiu a licenciatura na Faculdade de Medicina de Lisboa em 1981. Em 1998, iniciou funções no Hospital Dona Estefânia como assistente hospitalar de Ginecologia e Obstetrícia, tendo assumindo o cargo de chefe de serviço em 2004.*

*Mais tarde, em 2007, foi nomeado diretor de serviço, passando a exercer funções de responsável da área. Em 2016, assumiu o cargo de responsável da especialidade de Ginecologia e Obstetrícia do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central.*

*Ao longo da sua carreira médica, exerceu medicina como especialista em Ginecologia e Obstetrícia em várias unidades hospitalares, incluindo em Setúbal, tendo-se reformado em dezembro de 2022.*

*Ligado à música popular setubalense, foi fundador e membro do grupo 'Os Alcorrazes', dando voz à memória coletiva do concelho, promovendo a valorização e difusão do legado de Mário Regalado e contribuindo para a preservação de uma herança cultural maior da região. Enquanto orgulhoso vitoriano, a sua ligação ao Vitória Futebol Clube foi constante, tendo participado ativamente na vida associativa do clube e deixado contributos musicais ligados ao mesmo, reforçando a ligação entre desporto, cultura e identidade local. Com a sua partida, Setúbal despede-se de uma figura indissociável da comunidade e cultura setubalenses. Assim, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista lamentam o falecimento de Ricardo Mira e endereçam à família, amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência as mais sentidas condolências”.*

**Sra. Vereadora Ana Carvalho** - Apresentou o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presenta ata, sob o registo n.º 23.

**“Voto de Pesar**

**Falecimento de Carlos Cardoso**

*Nascido a 29 de dezembro de 1944, Carlos Cardoso faleceu aos 80 anos no passado dia 27. Antigo jogador e treinador do Vitória Futebol Clube, representou-o entre 1964 e 1977, conquistando a Taça de Portugal em 1967. Ao longo do seu percurso, o defesa central representou também a Seleção Nacional A numa ocasião, e iniciou a carreira de treinador em 1974, precisamente no Vitória FC. Como treinador principal, orientou ainda o Barreirense (1979/80 e 1990/91), o Nacional (1980 a 1983), o Elvas (1983 a 1986, 1989/90 e 1992 a 1994), o União da Madeira (1987), o Lusitano GC (1988), o Benfica e Castelo Branco (1991) e o Juventude de Évora (1994/95). Enquanto técnico do VFC, salvou o clube da descida de divisão por três vezes, em 1997/98, 2006/07 e 2008/09. Carlos Cardoso dedicou mais de três décadas ao emblema vitoriano, tomando-se uma figura emblemática do clube, somando centenas de jogos e momento marcantes. Reconhecido pela sua dedicação, profissionalismo e compromisso, deixa um importante legado enquanto uma das maiores referências do Bonfim. Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista lamentam o seu falecimento e endereçam à família, amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência as mais sentidas condolências”.*

**Sr. Vereador Nuno Costa** – Disse que a CDU se associava ao voto de pesar de Ricardo Mira.

**Sr. Vereador Nuno Costa** – Apresentou o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presenta ata, sob o registo n.º 24.

**“Voto de Pesar**

**Falecimento de Carlos Cardoso**

*Carlos Cardoso nasceu em Setúbal a 29 de dezembro de 1944 e foi uma das figuras mais marcantes da história do futebol sadino e do Vitória Futebol Clube. A sua vida confunde-se com a do próprio clube, ao qual esteve ligado durante mais de quatro décadas, numa relação rara de fidelidade, continuidade e identidade.*

*Enquanto jogador, destacou-se como defesa de grande rigor, inteligência tática e espírito de liderança, qualidades que o levaram a assumir a braçadeira de capitão e a tornar-se uma referência dentro e fora do campo. Representou sempre o Vitória de Setúbal como futebolista profissional, algo cada vez mais raro no futebol moderno, e participou em algumas das mais importantes campanhas do clube a nível nacional e europeu. Conquistou uma Taça de Portugal e foi internacional A por duas vezes, levando o nome de Setúbal ao mais alto nível do futebol português.*

*Para além do seu valor desportivo, Carlos Cardoso ficou conhecido pelo seu carácter sereno, pelo respeito que inspirava entre colegas, adversários e dirigentes, e pela forma como sempre colocou o coletivo acima do individual. Foi um símbolo de profissionalismo, lealdade e compromisso com o emblema que representava.*

*Após terminar a carreira de jogador, manteve-se ligado ao futebol como treinador e técnico, assumindo durante cerca de uma década a liderança do Vitória de Setúbal, além de funções como treinador-adjunto. O seu percurso enquanto treinador levou-o também a orientar clubes como o Barreirense, Nacional, União da Madeira, O Elvas, Lusitano de Évora, Benfica e Castelo Branco e Juventude de Évora, deixando em todos eles uma marca de seriedade, competência e formação humana.*

*Mais do que os resultados, o seu legado construiu-se na forma como viveu o futebol: com rigor, respeito, sentido de responsabilidade e profundo amor ao clube da sua terra. Carlos Cardoso foi uma referência para várias gerações de jogadores, técnicos e adeptos, sendo reconhecido como um homem íntegro, discreto e profundamente dedicado.*

*O seu nome permanece ligado à história do Vitória de Setúbal e ao património desportivo da cidade, como exemplo de alguém que fez do futebol não apenas uma profissão, mas uma missão ao serviço do desporto, da juventude e da identidade sadina.*

*A Coligação Democrática Unitária (CDU) manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Carlos Cardoso, apresentando à família, amigos, ao Vitória FC e aos clubes por onde passou, as mais sentidas condolências”.*

**Sr. Vereador Edgar Jesus** – Apresentou os seguintes votos de pesar, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 25 e 26.

**“Voto de Pesar  
CARLOS CARDOSO**

*Os Vereadores do Partido CHEGA na Câmara Municipal de Setúbal manifestam o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Carlos Cardoso, antiga e incontornável referência do Vitória Futebol Clube, enquanto jogador, capitão e treinador, figura maior da história desportiva da cidade e do país.*

*Carlos Cardoso representou o Vitória Futebol Clube entre 1964 e 1977, num dos períodos mais marcantes e prestigiantes do emblema sadino.*

*Enquanto capitão, a braçadeira simbolizou a sua dedicação, carácter e profunda ligação ao clube e à cidade. O seu exemplo humano e desportivo marcou gerações de atletas e adeptos, deixando um legado que perdurará na memória coletiva sadina.*

*A sua morte representa uma perda significativa para o Vitória Futebol Clube, para a cidade de Setúbal e para o desporto português.*

*Assim, os Vereadores do Partido CHEGA na Câmara Municipal de Setúbal apresentam à família enlutada, ao Vitória Futebol Clube e a toda a comunidade vitoriana as mais sentidas*

h 26 / 41

*condolências, solicitando que seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória, como forma de justa homenagem ao seu percurso e contributo ímpar”.*

**“Voto de Pesar  
Falecimento de Ricardo Mira**

*Ricardo Mira, médico, músico e cidadão setubalense profundamente ligado à cidade e às suas gentes, faleceu no passado dia 26 de dezembro, aos 69 anos.*

*Nascido em Setúbal, em 1956, concluiu a licenciatura na Faculdade de Medicina de Lisboa em 1981. Em 1998, iniciou funções no Hospital Dona Estefânia como assistente hospitalar de Ginecologia e Obstetrícia, tendo assumindo o cargo de chefe de serviço em 2004.*

*Mais tarde, em 2007, foi nomeado diretor de serviço, passando a exercer funções de responsável da área. Em 2016, assumiu o cargo de responsável da especialidade de Ginecologia e Obstetrícia do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central.*

*Ao longo da sua carreira médica, exerceu medicina como especialista em Ginecologia e Obstetrícia em várias unidades hospitalares, incluindo em Setúbal, tendo-se reformado em dezembro de 2022.*

*Ligado à música popular setubalense, foi fundador e membro do grupo ‘Os Alcorrazes’, dando voz à memória coletiva do concelho, promovendo a valorização e difusão do legado de Mário Regalado e contribuindo para a preservação de uma herança cultural maior da região.*

*Enquanto orgulhoso vitoriano, a sua ligação ao Vitória Futebol Clube foi constante, tendo participado ativamente na vida associativa do clube e deixado contributos musicais ligados ao mesmo, reforçando a ligação entre desporto, cultura e identidade local.*

*Com a sua partida, Setúbal despede-se de uma figura indissociável da comunidade e cultura setubalenses. Assim, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista lamentam o falecimento de Ricardo Mira e endereçam à família, amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência as mais sentidas condolências”.*

**Sra. Presidente** – Apresentou os seguintes votos de pesar, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 27 e 28.

**“Voto de Pesar  
Falecimento do Dr. Ricardo Mira**

*A Câmara Municipal de Setúbal manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento do Dr. Ricardo Mira, médico, músico e setubalense, figura ímpar da vida cultural, social e humana do concelho.*

*Profundamente ligado à história e às tradições de Setúbal, Ricardo Mira destacou-se pelo seu percurso enquanto cidadão empenhado, pela dedicação à medicina e pelo contributo inestimável para a cultura local. Setubalense de corpo inteiro, manteve sempre uma relação próxima e afetiva com a sua cidade e com o Vitória Futebol Clube, símbolo maior da identidade sadina.*

*No domínio cultural, foi fundador do grupo musical “Os Alcorrazes”, projeto que teve um papel determinante na preservação e valorização do legado musical de Mário Regalado, e no enriquecimento do repertório da música tradicional de Setúbal e afirmando, através da música, a memória, a identidade e as gentes desta terra.*

*Ricardo Mira foi, acima de tudo, um humanista. Um homem bom, generoso, solidário e profundamente comprometido com os outros, deixando uma marca indelével na comunidade setubalense, que não o esquecerá.*

*A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família, aos amigos e a todos quantos com ele privaram as mais sentidas condolências, associando-se à dor pela sua perda e prestando-lhe justa e sentida homenagem”.*

**“Voto de Pesar  
Carlos Cardoso**

*A Câmara Municipal de Setúbal manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Carlos Cardoso, o eterno capitão do Vitória Futebol Clube, ocorrido no passado dia 27 de dezembro, a dois dias de completar o seu 81.º aniversário.*

*Ao longo da sua carreira enquanto jogador profissional, Carlos Cardoso representou apenas o clube do Bonfim, competindo entre as épocas de 1964-1965, ainda como júnior, e de 1976-1977. A representar o Vitória Futebol Clube, desde a mais tenra idade e nos vários escalões, jogou mais de 900 partidas com a camisola verde e branca. Foi internacional A por duas vezes e a sua ligação ao Vitória durou mais de quatro décadas como jogador, adjunto e treinador.*

*Enquanto treinador, muitas foram as ocasiões em que foi chamado a assumir o comando técnico da equipa, em fases finais das épocas, quando o Vitória se via em situações difíceis na tabela classificativa. Evitou a despromoção por três vezes, em 1997-1998, 2006-2007 e 2008-2009. Na época de 1998-1999 como treinador principal colocou os vitorianos em 5.º lugar e levou o clube, 25 anos depois, às competições europeias.*

*Profundamente acarinhado pelos setubalenses, em geral, e pelos vitorianos, em particular, Carlos Cardoso era figura presente nos diversos momentos de celebração do Vitória, e ainda há pouco mais de um mês marcou presença no aniversário do clube ao lado de outras antigas glórias sadinas.*

*Em 1999, Carlos Cardoso recebeu a Medalha de Honra da Cidade, na categoria mérito desportivo, ano em que levou o Vitória de Setúbal uma vez mais às competições europeias, 25 anos após a época dourada do Bonfim.*

*Em 2021, a Câmara Municipal de Setúbal homenageou-o com o Prémio Carreira, durante a Gala do Desporto, valorizando assim os muitos e longos anos de dedicação ao clube e à cidade, honrando e lutando para que o nome do Vitória se mantivesse entre os maiores do futebol nacional.*

*Num momento em que o futebol, o Vitória Futebol Clube e Setúbal ficaram mais pobres, importa recordar a carreira, o trabalho e a dedicação de Carlos Cardoso e endereçar aos familiares, aos amigos e aos vitorianos sentidas condolências”.*

A senhora Presidente solicitou um minuto de silêncio na sequência dos votos de pesar

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto da Ata n.º 02A/2025 - Reunião ordinária de 19 de novembro de 2025**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

**2. Projeto da Ata n.º 03A/2025 - Reunião extraordinária de 26 de novembro de 2025**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

**3. Projeto da Ata n.º 04A/2025 - Reunião ordinária de 03 de dezembro de 2025**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

**4. Deliberação n.º 01/2026 – Proposta n.º 01/2026 – GAP – Delegação de competências da Câmara Municipal na Presidente da Câmara**

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29 não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 02/2026 – Proposta n.º 02/2026 – GAP – Redução tarifária de Passes Navegante Municipais de Setúbal**

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Referiu que existem momentos em que as propostas apresentadas se revelam oportunas e outros em que podem ser percecionadas como menos adequadas ao contexto em que são submetidas. Entendeu que a oportunidade para a apresentação da presente proposta teria sido aquela que permitisse a continuidade do apoio, sem qualquer interrupção, situação que, no entanto, não se verificou.

Acrescentou que, tendo em consideração as declarações proferidas pela Senhora Presidente aquando da discussão da proposta apresentada pelo Partido Socialista na última reunião, ficou a perceção de que não teria havido, à data, intenção efetiva de assegurar a renovação desse apoio, desconhecendo se tal posição se mantém no presente momento.

Não obstante, afirmou que, ainda que o valor em causa seja inferior ao que defendem, trata-se de um apoio que continua a fazer sentido e que merece ser considerado. Sublinhou que o momento atual não seria o mais adequado para a sua implementação, atendendo à inexistência de continuidade da medida.

Referiu ainda que a proposta apenas poderá produzir efeitos práticos a partir de março, uma vez que depende igualmente de aprovação pela Assembleia Municipal, prevista para o mês de fevereiro. Assim, a sua entrada em vigor ocorrerá apenas nesse período, o que implica que os munícipes que beneficiavam deste apoio desde 2023 deixaram de o receber durante, pelo menos, dois meses.

Manifestou a expectativa de que os munícipes voltem a beneficiar do referido apoio no futuro, reiterando que, no seu entendimento, o momento mais adequado para a apresentação de medidas desta natureza não é o início do ano, período em que ocorre uma quebra de continuidade, mas sim o final do ano, de modo a assegurar a sua manutenção de forma

permanente. Acrescentou que se mantém, conforme já anteriormente expresso na proposta apresentada, a intenção de ver esse apoio reforçado no seu montante.

Referiu ainda que ouviram a Senhora Presidente e o Senhor Vereador Paulo Maia proferirem críticas relativamente ao montante de apoios acumulados ao longo dos anos, para, posteriormente, ser apresentada uma proposta destinada a repor o apoio que havia sido retirado poucas semanas antes. Nesse contexto, considerou que tal situação evidencia a diferença entre uma proposta apresentada em tempo oportuno e uma proposta que possa ser percecionada como oportunista.

**Sr. Vereador António Cachaço** – Referiu que não deixa de causar alguma estranheza o facto de a bancada do Partido Socialista continuar a sustentar que a votação realizada não permitiu a continuidade do apoio aos munícipes, quando, na sua perspetiva, tal poderia ter sido evitado caso tivesse sido aceite a alteração à proposta apresentada, permitindo a sua aprovação e garantindo a manutenção da medida.

Acrescentou que também apresentou proposta no mesmo sentido, não lhes sendo, por isso, favorável que a iniciativa fosse qualificada como oportunista.

Referiu ainda que envidaram esforços para que a proposta tivesse sido aprovada na reunião de Câmara de dezembro, o que não se concretizou, tendo tal resultado, segundo afirmou, da não aceitação da alteração proposta pela bancada do Partido Socialista, designadamente pelo Senhor Vereador Joel, que não concordou com a modificação apresentada.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Afirmou que os apoios concedidos pelo Estado aos cidadãos, quer através da administração central quer da administração local, não devem ser considerados privilégios. Referiu desconhecer qual o entendimento de “privilégio” adotado pelo Senhor Vereador, mas considerou que um apoio no valor de dez euros no passe municipal, destinado a residentes no concelho de Setúbal — frequentemente com dificuldades económicas para suportar o custo de acesso aos transportes públicos — não pode ser qualificado como tal.

Acrescentou que, da leitura da proposta apresentada pela bancada do CHEGA, resulta que a mesma se destinava, sobretudo, a criticar a proposta anteriormente apresentada pelo Partido Socialista, mais do que a instituir um novo apoio. Entendeu ainda que o Senhor Vereador tem reiteradamente utilizado o momento em que o Partido Socialista apresentou a sua proposta como justificação para a não apresentação de iniciativa própria ao longo dos meses anteriores.

Referiu que qualquer um dos dez Vereadores, bem como a Senhora Presidente, tem competência para apresentar propostas, considerando que tal não foi exercido pelo Senhor Vereador, não sabendo se por desconhecimento dessa possibilidade, por opção política ou por entender que a medida em causa configurava um privilégio. Concluiu que, aparentemente, o entendimento sobre a matéria terá agora sido revisto.

Referiu que esse tipo de entendimento e de discurso não é aceite pela bancada do Partido Socialista, sublinhando que os apoios atribuídos aos cidadãos não constituem privilégios, mas sim medidas de natureza social, concedidas por serem consideradas justas e adequadas às necessidades da população.

Reforçou que tais apoios não visam privilegiar qualquer grupo, mas antes responder a critérios de justiça social e de equidade, sendo implementados por se considerarem pertinentes e proporcionais.

Acrescentou que, no caso concreto, os apoios em causa têm dois objetivos específicos: por um lado, facilitar o acesso aos transportes públicos e, por outro, incentivar a sua utilização pelos munícipes, promovendo uma mobilidade mais sustentável e inclusiva.

**Sr. Vereador António Cachaço** – Referiu que mantém a posição de que o benefício concedido aos munícipes poderia e deveria ter sido mantido durante o ano de 2026, o que teria sido possível caso a bancada do Partido Socialista tivesse aceitado proceder à alteração da proposta apresentada. Acrescentou que, independentemente das interpretações feitas, bastaria essa alteração para assegurar a continuidade do benefício do Passe Navegante aos munícipes.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Referiu que entende que o Senhor Vereador António Cachaço ainda não terá compreendido que a intenção da bancada do Partido Socialista é a de aumentar o referido apoio. Esclareceu que não o consideram um privilégio nem um benefício discricionário, mas antes um apoio de natureza justa, que deverá ser reforçado.

Acrescentou que o Partido Socialista apresentou igualmente uma proposta no sentido da gratuidade do passe, considerando que tal entendimento poderá ser partilhado por outras forças políticas, sendo uma visão que ultrapassa o contexto eleitoral e se projeta para todo o mandato, com perspetiva futura. Nesse sentido, reiterou que o apoio em causa deveria ser progressivamente aumentado.

Informou que o Grupo Municipal votará favoravelmente a presente proposta, por entender que é preferível a existência de um apoio no valor de 10 euros do que a inexistência de qualquer apoio. Contudo, considerou necessário esclarecer que, se em determinado momento não existiu continuidade do apoio, tal não se deveu à manutenção da proposta de 15 euros pelo Partido Socialista, mas sim ao facto de nenhuma outra bancada ter apresentado alternativa que permitisse assegurar a sua continuidade. Caso tivesse existido tal iniciativa, afirmou que a mesma poderia ter sido analisada e eventualmente acolhida.

Referiu ainda que, face à composição atual do Executivo, existiria maioria suficiente para aprovar a proposta de 10 euros, dado que as propostas apresentadas são substancialmente semelhantes, bastando para tal vontade política e iniciativa por parte das bancadas. Concluiu que não poderá ser imputada ao Partido Socialista a responsabilidade pela ausência de uma solução intermédia anteriormente.

**Sr. Vereador Nuno Costa** – Referiu que a bancada da CDU acompanhará a presente proposta, ainda que considerasse preferível que tivesse sido assegurada a continuidade integral do apoio anteriormente em vigor.

Colocou, contudo, algumas questões relativas à restrição agora prevista na proposta, designadamente a limitação do benefício a cidadãos residentes no concelho, requisito que não constava do apoio concedido até ao final de 2025.

Em primeiro lugar, questionou a conformidade jurídica dessa restrição, solicitando esclarecimento quanto à sua viabilidade legal e à eventual existência de constrangimentos nesse âmbito.

Em segundo lugar, solicitou informação sobre o impacto financeiro da medida, referindo que tal deverá ter sido objeto de análise técnica, e perguntou qual o montante estimado dessa alteração. Questionou igualmente quantas pessoas atualmente beneficiárias do apoio ficarão excluídas em virtude da nova condição de residência.

No caso de a proposta ser aprovada, conforme previsto, perguntou quem deixará de ter acesso ao apoio, exemplificando com a situação de um trabalhador do Município residente no concelho de Palmela, que utilize o passe municipal para deslocações diárias, e que, nesse contexto, deixaria de beneficiar do mesmo. Solicitou, assim, esclarecimento sobre o número de situações abrangidas e respetivo impacto financeiro.

Concluiu que, para ser apresentada uma proposta com essa restrição, face à anterior, presumia que a questão tivesse sido devidamente estudada.

**Sra. Presidente** – Referiu que a diferença introduzida pela presente proposta relativamente ao regime anterior consiste na limitação do benefício aos cidadãos munícipes de Setúbal. Esclareceu que, anteriormente, os passes eram adquiridos por qualquer pessoa, incluindo residentes noutros concelhos e, eventualmente, turistas, pelo que questionou a razão pela qual o Município de Setúbal deveria suportar, através do seu erário público, uma redução aplicável indistintamente a não munícipes.

Acrescentou que foi precisamente essa a principal alteração introduzida, motivo pelo qual foi efetuado um levantamento do número de beneficiários que comprovassem a sua residência no concelho de Setúbal. Para esse efeito, passou a ser exigida a apresentação de comprovativo de morada, designadamente fatura de água ou eletricidade, à semelhança do que sucede no Município de Lisboa, o qual foi referido como o único a conceder uma redução no valor de 10 euros aos seus munícipes.

Indicou ainda que, no caso de Lisboa, essa redução está igualmente condicionada ao critério etário, sendo aplicável apenas a munícipes com idade superior a 65 anos. Em Setúbal, por sua vez, não foi estabelecido qualquer limite de idade, aplicando-se a medida a todos os munícipes do concelho, desde que comprovada a residência. Considerou que se trata de uma redução significativa, embora, no momento, não dispusesse de dados concretos quanto ao número total de pessoas abrangidas.

**Sr. Vereador Nuno Costa** – Referiu que gostaria de obter informação sobre o número de pessoas abrangidas pela medida, embora reconheça que, caso tal informação não esteja disponível, assim seria.

Acrescentou que, caso o impacto financeiro da proposta se revele significativo, tenderá a concordar com a sua implementação.

Referiu ainda que a proposta faz referência à dimensão ambiental, salientando a existência de uma externalidade positiva associada à utilização do transporte público. Exemplificou com a situação de um trabalhador que se desloque para o concelho de Setúbal, estacione o veículo num parque de rebatimento e utilize posteriormente o transporte público, reduzindo a circulação automóvel individual. Considerou que esta prática contribui para benefícios ambientais, bem como para a melhoria das condições de mobilidade na cidade e no território. No entanto, concluiu referindo que, não sendo possível apurar, naquele momento, nem o impacto financeiro da medida nem o número de pessoas abrangidas, tal informação seria relevante para uma análise mais fundamentada da proposta.

**Sra. Presidente** – Referiu que será necessário avaliar a situação na prática, considerando que importa testar e acompanhar a implementação da medida, de forma a aferir os seus reais impactos e resultados.

**Sr. Vereador Fernando José** – Referiu que concordam com a restrição proposta, salientando que a iniciativa apresentada pela bancada do Partido Socialista se destinava precisamente aos residentes no concelho de Setúbal.

Acrescentou, contudo, ter interpretado das intervenções da Senhora Presidente que existiria um estudo prévio no qual se indicaria a utilização do passe municipal por turistas, facto do qual não tinham conhecimento. Nesse sentido, os Vereadores do Partido Socialista solicitaram o envio do referido estudo, por considerarem relevante dispor da respetiva fundamentação técnica para análise da proposta.

Referiu que tomaram conhecimento dessa informação pela primeira vez na presente reunião, nomeadamente quanto à eventual utilização do passe municipal por turistas, pelo que ficaram a aguardar o envio do documento mencionado, para melhor apreciação da matéria.

**Sra. Presidente** – Referiu que a informação solicitada será requerida aos serviços municipais competentes, para posterior disponibilização aos Senhores Vereadores, logo que se encontre devidamente compilada.

**Sr. Vereador Paulo Maia** – Referiu que pretendia acrescentar que a proposta em discussão se enquadra igualmente numa lógica de justiça fiscal, por se tratar de uma medida financiada pelo orçamento municipal, isto é, pelos munícipes de Setúbal.

Salientou que, nesse contexto, quem contribui para o orçamento do Município deverá poder beneficiar dos apoios dele decorrentes, entendendo que a proposta apresentada se fundamenta também nesse princípio de equidade e justiça fiscal.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **6. Deliberação n.º 03/2026 – Proposta n.º 01/2026 – DURB/GAPGPA – Proposta de prorrogação de licenças nas zonas balneares de Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31.

**Sra. Vice-Presidente** – Referiu que, no âmbito do processo de transferência de competências, foram igualmente transferidas para o Município as licenças anteriormente emitidas aos concessionários pelo Porto de Setúbal e pela Agência Portuguesa do Ambiente. Acrescentou que o prazo dessas licenças terminou em outubro de 2025, tendo surgido, nesse contexto, a necessidade de ponderar a abertura de novos procedimentos concursais para atribuição das concessões ou, na impossibilidade de os concluir em tempo útil, proceder à prorrogação dos prazos, à semelhança do que já havia sido praticado pelo anterior Executivo, por mais um ano, de modo a permitir a adequada preparação de um concurso público com definição clara de regras e critérios para a atribuição das concessões.

Esclareceu que existem duas exceções a este regime: o Restaurante da Praia da Figueirinha e o Apoio Balnear da Praia de Albarquel, cujas licenças mantêm validade até 2040.

Informou que a proposta apresentada visa a prorrogação das concessões atualmente em vigor até à conclusão do respetivo procedimento concursal para atribuição das zonas balneares, prevendo-se que o mesmo esteja finalizado até ao final do ano de 2026. O objetivo é assegurar que, na próxima época balnear, o concurso para as concessões já se encontre

devidamente aberto, permitindo eventual revisão e reavaliação das condições contratuais, tendo em consideração que se trata de áreas integradas no Parque Natural da Arrábida, as quais exigem especial atenção às questões de sustentabilidade ambiental e ordenamento do território.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 04/2026 – Proposta n.º 02/2026 – DURB/GAGEF – Nomeação da Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 32.

**Sra. Vice-Presidente** – Referiu que a presente proposta surge na sequência da realização das eleições autárquicas e da tomada de posse do novo Executivo, sendo, nos termos da lei, necessário proceder à designação de nova comissão para a avaliação de imóveis.

Esclareceu que a referida comissão será constituída por três membros efetivos, todos técnicos do Município, competindo-lhes assegurar a respetiva avaliação no âmbito das atribuições legalmente previstas.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 05/2026 – Proposta n.º 03/2026 – DURB/GARIU – Colocação de 1 painel publicitário**

**Sra. Vice-Presidente** – informou que se encontravam em apreciação as Deliberações n.º 05/2026, 06/2026, 07/2026, 08/2026 e 09/2026, as quais, em virtude da distribuição de competências, apenas naquela reunião foram submetidas a deliberação do órgão.

Esclareceu que as mesmas dizem respeito a estruturas publicitárias, encontrando-se os respetivos processos devidamente instruídos para apreciação e decisão.

**Sr. Vereador Nuno Costa** – Propôs que se votassem essas propostas em conjunto.

**Sra. Presidente** – Questionou se os senhores vereadores estavam de acordo.

As deliberações 05/2026, 06/2026, 07/2026, 08/2026 e 09/2026 foram votadas em conjunto. A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 33 e 34.

**9. Deliberação n.º 06/2026 – Proposta n.º 04/2026 – DURB/GARIU – Continuidade de 1 painel publicitário**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 35 e 36. (ver ponto 8).

**10. Deliberação n.º 07/2026 – Proposta n.º 05/2026 – DURB/GARIU - Continuidade de 6 painéis publicitários**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 37 e 38. (ver ponto 8).

**11. Deliberação n.º 08/2026 – Proposta n.º 06/2026 – DURB/GARIU - Continuidade de 9 painéis publicitários**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 39 e 40. (ver ponto 8).

**12. Deliberação n.º 09/2026 – Proposta n.º 07/2026 – DURB/GARIU - Continuidade de 18 painéis publicitários**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 41 e 42. (ver ponto 8).

**13. Deliberação n.º 10/2026 – Proposta n.º 01/2026 – DAF – Adesão do Município de Setúbal à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais**

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 a 45.

**Sr. Vereador Paulo Maia** – Informou que a Deliberação n.º 10/2026 surge na sequência de uma sessão da Assembleia Municipal, no âmbito da qual foi aprovada uma recomendação dirigida à Câmara Municipal, no sentido de promover a adesão e participação do Município de Setúbal na Associação Nacional de Assembleias Municipais.

Esclareceu que a presente proposta visa dar cumprimento à referida recomendação, submetendo-a à apreciação do órgão executivo para os devidos efeitos.

**Sr. Vereador Nuno Costa** – Referiu que o Município é constituído por dois órgãos — a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal — entendendo que a articulação institucional entre ambos deve ocorrer no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Acrescentou que os Presidentes das Assembleias Municipais participam nos Congressos da referida Associação, sendo no seu seio que poderão ser criados grupos de trabalho ou outras estruturas internas destinadas a promover a participação e o debate das matérias relacionadas com as Assembleias Municipais. Nesse contexto, considerou não fazer sentido a adesão a uma associação exclusivamente composta por Assembleias Municipais, tal como não consideraria adequado a existência de uma associação apenas de Câmaras Municipais, entendendo que o espaço natural de representação dos municípios é a Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde todos os municípios têm assento e onde podem ser criadas as estruturas internas que se entendam necessárias.

Sublinhou, por conseguinte, que, no seu entendimento, não se justifica a adesão a uma associação apenas de Assembleias Municipais, defendendo que o trabalho de representação

e cooperação institucional deve ser desenvolvido no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Referiu ainda que, quanto à representação da Assembleia Municipal, considera que esta deve ser assegurada nos termos legais, pelo respetivo Presidente, ou por quem este designar, não entendendo como adequado que a Câmara Municipal indique o representante daquele órgão. Reforçou que, em seu entender, a questão de fundo reside na necessidade de promover o debate e a cooperação no quadro da Associação Nacional de Municípios Portugueses, enquanto entidade representativa de todos os municípios.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 8 votos a favor, 4 do SET-V25 e 4 do PS, 2 abstenções do CH e, 1 voto contra da CDU.

**14. Deliberação n.º 11/2026 – Proposta n.º 02/2026 – DAF/DICONT/SERGE P – Cancelamento da Cláusula de Reversão, quanto ao Prédio sito no Pote de Água, Lote 4, Rua António Carvalho Serra, n.º 11 – R/c B, da Freguesia de S. Sebastião**

**Sr. Vereador Paulo Maia** – Informou que as Deliberações n.º 11/2026 e n.º 12/2026 respeitam a propostas de cancelamento de cláusula de reversão.

Propôs que ambas as deliberações fossem submetidas a votação em conjunto, por se tratar de matérias de natureza idêntica.

**Sra. Presidente** – Questionou se os senhores vereadores estavam de acordo.

As deliberações 11/2026 e 12/2026 foram votadas em conjunto.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46.

**15. Deliberação n.º 12/2026 – Proposta n.º 03/2026 – DAF/DICONT/SERGE P – Cancelamento da Cláusula de Reversão, quanto ao Prédio sito no Pote de Água, Lote 7, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 3.º C, da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47. (ver ponto 14).

**16. Deliberação n.º 13/2026 – Proposta n.º 04/2026 – DAF/DICONT/SERGE P – Isenção de IMT na Primeira Aquisição Onerosa de Habitação Própria e Permanente, por Jovens dos 18 Anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao Prédio com o artigo matricial 7614, Fração G da Freguesia de S. Sebastião**

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 14/2026 – Proposta n.º 01/2026 – DRH/DIDEC – Conselho Coordenador da Avaliação da Câmara Municipal de Setúbal – Secção Autónoma para avaliação do pessoal não docente**

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 15/2026 – Proposta n.º 01/2026 – SMPCB – Proposta de aceitação da doação de equipamento, televisão LG, pela empresa Fundo Sertorius (Rádio Popular)**

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 16/2026 – Proposta n.º 01/2026 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de licenças especiais de ruído – DASU/GAGIP**

O Sr. Vereador Bruno Russo apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 17/2026 – Proposta n.º 01/2026 – CHEGA – Passe Navegante Municipal, manutenção do desconto - RETIRADA**

**C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sra. Maria de Lurdes** – A munícipe interveio, referindo que se encontra a enfrentar graves dificuldades pessoais e de saúde, mencionando que desenvolveu problemas psicológicos após o falecimento do seu marido, o qual esteve doente com diagnóstico de cancro durante cerca de um ano e seis meses. À data, tinha quatro filhos menores, todos nascidos em Portugal.

Esclareceu que, na sequência da doença do marido e das dificuldades financeiras associadas, deixou Portugal aos 25 anos, tendo trabalhado anteriormente em diversas áreas, designadamente como trabalhadora de limpeza em obras, em restauração, como empregada doméstica e no apoio a idosos em instituições sociais.

Referiu que, após a perda da habitação em Portugal — imóvel que se encontrava a ser pago ao banco pelo casal — e na ausência de apoio habitacional, recorreu aos serviços competentes, nomeadamente à Segurança Social, solicitando apoio temporário, tendo sido informada de que não existiam soluções habitacionais disponíveis. Perante a necessidade de proteger os filhos e evitar a separação familiar, decidiu emigrar para Espanha, onde foi acolhida pelos serviços sociais, permanecendo nesse país durante sete anos.

Posteriormente, foi detetado um cancro na tiroide ao seu marido, tendo este sido tratado em Espanha, onde veio a falecer em fase terminal. Naquela altura, os filhos ainda eram menores de idade. Posteriormente, a munícipe emigrou para Inglaterra, onde permaneceu durante cerca de doze anos, tendo regressado a Portugal há aproximadamente quatro anos, por motivos de saúde.

Referiu que, desde o seu regresso, tem permanecido em situação de sem-abrigo, tendo dormido em vários locais, incluindo a Gare do Oriente, bem como em diferentes espaços na cidade de Lisboa, relatando que a exposição prolongada ao frio e à humidade contribuiu para o desenvolvimento de bronquite asmática. Indicou que se encontra inscrita nos serviços de várias câmaras municipais, sem que, até à data, tenha obtido resposta habitacional.

Informou que auferir uma pensão de viuvez no valor de cerca de duzentos euros mensais e que possui um grau de incapacidade de 64%, manifestando que, apesar dessa condição, não lhe foi atribuída habitação. Referiu ainda ter recorrido a diversas instituições, mantendo-se a situação sem solução.

Apelou, de forma encarecida, à atribuição de um abrigo ou solução habitacional, afirmando pretender apenas um espaço digno onde possa viver e, se possível, terminar a sua vida com dignidade, evitando permanecer em situação de rua.

Acrescentou que os seus filhos permanecem no estrangeiro, possuindo vida profissional estável, mas com responsabilidades próprias, sendo a ajuda prestada essencialmente ao nível da medicação. Informou que os mesmos possuem formação superior, designadamente nas áreas da medicina, psicologia e gestão empresarial.

**Sra. Presidente** – Disse que já sabiam qual era o problema, já lhe dariam uma resposta.

**Sr. Cruz** – Referiu que se deslocou à reunião para entregar documentos relacionados com a situação em causa, os quais, segundo afirmou, teriam sido referidos pela Senhora Presidente como não recebidos. Esclareceu que os mesmos foram remetidos às entidades competentes e que possui comprovativo de envio e receção.

Afirmou considerar-se vítima de situações de alegada irregularidade ao longo dos últimos anos, mencionando que pretende ver esclarecida e resolvida a matéria, invocando enquadramento legal que, no seu entender, salvaguarda o direito à revisão de decisões e à indemnização por eventuais danos sofridos.

Teceu ainda diversas críticas a intervenientes e procedimentos anteriores, referindo situações que, segundo a sua perspetiva, configurariam tentativas de pressão ou irregularidades, afirmando dispor de elementos que sustentam a sua posição.

Mencionou igualmente que tentou, no passado, intervir em defesa de interesses locais, designadamente no que respeita ao mercado municipal, referindo que procurou evitar a sua alienação.

Por fim, reiterou que a correspondência enviada à Senhora Presidente foi remetida por correio registado com aviso de receção, solicitando esclarecimento quanto à carta que terá sido considerada não recebida.

**Sra. Presidente** – Disse que era importante esclarecer qual carta teria sido recebida, pois a forma como a questão estava a ser colocada dava a entender que teria sido ela própria a recebê-la. Acrescentou que, como o senhor sabia, existia uma secção de expediente geral responsável por receber esse tipo de correspondência.

**Sr. Cruz** – Disse que tinha consigo a prova e perguntou se queria que a entregasse à Senhora Presidente.

**Sra. Presidente** – Disse que sim.

**Sr. Cruz** – Disse ainda que estava a tratar de assuntos com Bruxelas.

**Sra. Raissa** – Referiu que a Senhora Presidente já tinha conhecimento do seu processo, acrescentando, contudo, que pretendia expor uma situação distinta e atual. Informou que contactou os proprietários da habitação onde residia, com vista à recolha dos seus pertences, tendo sido informada de que o imóvel foi, entretanto, vendido com os bens no interior.

Indicou que, nesse momento, se encontra em situação de sem-abrigo, sem condições materiais, acompanhada de dois filhos menores, com 3 e 4 anos de idade. Referiu as dificuldades sentidas pelas crianças, designadamente o impacto emocional da situação, bem como a ausência de condições básicas de higiene e vestuário adequadas.

Acrescentou que, perante a falta de alternativa, tentou arrendar um quarto, tendo a proposta sido recusada por se tratar de uma família com duas crianças, dado que os arrendamentos disponíveis eram direcionados a casais ou estudantes.

Reiterou o pedido de apoio urgente, sublinhando que, neste momento, não solicita uma habitação definitiva, mas apenas uma solução temporária que lhe permita alojamento digno para si e para os seus dois filhos.

**Sr. Silva** – Informou que a sua tia se encontra internada no hospital na sequência de um acidente vascular cerebral, sendo atualmente responsável pelos seus cuidados. Referiu ainda que tem um filho com problemas de saúde.

Indicou que reside na Rua José Carlos Damaia, em habitação sem condições adequadas para o seu agregado familiar. Acrescentou que, frequentemente, necessita de se deslocar da sua residência até à zona da Bela Vista para acompanhar a tia ao hospital, em virtude do seu estado clínico.

Concluiu solicitando apoio à Senhora Presidente, face às dificuldades expostas.

**Sr. Eduardo** – Informou que reside na Rua José Carlos Damaia, referindo que a habitação não dispõe de condições básicas, designadamente acesso a água e casa de banho, situação que considera inadequada para os seus dois filhos. Acrescentou que se encontra grávida, estando prevista a chegada de mais um filho, o que agrava as dificuldades já existentes.

Face às condições descritas, solicitou apoio para a atribuição de uma solução habitacional condigna para o seu agregado familiar.

**Sra. Presidente** – Referiu que, tal como anteriormente comunicado em reuniões de Câmara, a situação habitacional do Município não sofreu alterações significativas de uma reunião para a outra.

Acrescentou que o Executivo tem a intenção de dispor de habitações disponíveis com a maior brevidade possível, de forma a dar resposta às situações de maior fragilidade social, existindo atualmente cerca de 3.000 candidaturas/inscrições em condições semelhantes.

Informou, contudo, que, no momento presente, não existem habitações municipais disponíveis para atribuição, o que impossibilita a resposta imediata às situações expostas. Referiu compreender as dificuldades apresentadas, nomeadamente no caso da munícipe Raissa e da Senhora D. Maria de Lurdes, mas salientou que, infelizmente, não dispõem de meios habitacionais disponíveis nem de condições imediatas para assegurar a sua resolução.

*(intervenção inaudível)*

**Sra. Presidente** – Referiu que, no âmbito das competências municipais e da legislação em vigor, a principal solução disponível para resposta às situações de carência habitacional é a atribuição de habitação municipal, não existindo, no momento, alternativas imediatas.

Esclareceu que a definição do enquadramento legal relativo a imóveis devolutos não depende do Município, encontrando-se essa matéria sob competência legislativa nacional. Referiu ainda que o Estado tem vindo a desenvolver contactos com associações de proprietários no sentido de procurar soluções para situações relacionadas com habitações devolutas, podendo, no futuro, resultar dessas iniciativas novas possibilidades de intervenção.

Acrescentou que, atualmente, não existem novas habitações municipais disponíveis para atribuição. As habitações em requalificação correspondem a fogos previamente ocupados, cujos moradores se encontram temporariamente realojados durante a execução de obras, prevendo-se o seu regresso às respetivas habitações após a conclusão das intervenções.

*(intervenção inaudível)*

**Sra. Presidente** – Disse que, infelizmente, era assim, pois ainda não se tinham construído novas habitações. Reforçou que, naquele momento, não podiam ajudar.

*(intervenção inaudível)*

**Sra. Presidente** – Questionou a Dona Maria de Lurdes se tinha ouvido a intervenção daquela jovem que tinha falado, estando com dois filhos pequenos. Referiu que ela, assim como outros dois jovens que se encontravam em circunstâncias semelhantes, estavam todos inscritos na Câmara e aguardavam por melhores dias.

A Sra. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e dezassete minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

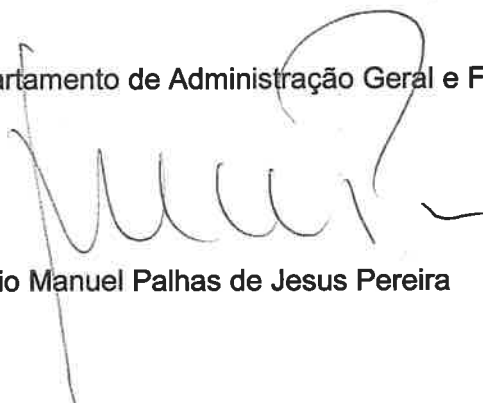
A Sra. Presidente da Câmara,



Maria das Dores Meira

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 18 de março de 2026, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 41 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



António Manuel Palhas de Jesus Pereira

Elaborada por:

Aldora Poeira  
Inês Ferreira

Conferida por:

Ana Paula Lico

Revista por:

António Palhas